

Prefeitura da Cidade do Rio de Janeiro  
**Secretaria Municipal de Transportes - SMTR**

**PREGÃO PRESENCIAL PP - SMTR Nº 1076/2022**

**LICITAÇÃO SISTEMA BRT - CONTRATAÇÃO DE SEGURO CASCO, NA  
MODALIDADE VALOR DETERMINADO, PARA A FROTA DOS VEÍCULOS  
NOVOS TIPO ÔNIBUS DO SISTEMA BRT**

**EDITAL E ANEXOS**

14 de outubro de 2022

## **SUMÁRIO**

|   |           |
|---|-----------|
| <b>EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL</b>                        | <b>4</b>  |
| 1. INTRODUÇÃO   | 4         |
| 2. AUTORIZAÇÃO PARA REALIZAÇÃO DA LICITAÇÃO               | 5         |
| 3. DIA, HORÁRIO E LOCAL DA ABERTURA DA LICITAÇÃO          | 5         |
| 4. OBJETO   | 6         |
| 5. RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS                                 | 6         |
| 6. TIPO DE LICITAÇÃO                                      | 6         |
| 7. PRAZOS   | 6         |
| 8. CONDIÇÕES DE PARTICIPAÇÃO                              | 7         |
| 9. CREDENCIAMENTO   | 8         |
| 10. APRESENTAÇÃO DAS PROPOSTAS DE PREÇO E DA DOCUMENTAÇÃO | 9         |
| 11. FORMA DE APRESENTAÇÃO DAS PROPOSTAS E DOS DOCUMENTOS  | 9         |
| 12. SESSÃO DO PREGÃO                                      | 11        |
| 13. JULGAMENTO DAS PROPOSTAS E DIREITO DE PREFERÊNCIA     | 12        |
| 14. HABILITAÇÃO   | 14        |
| (A)- HABILITAÇÃO JURÍDICA                                 | 16        |
| (B)- QUALIFICAÇÃO ECONÔMICO-FINANCEIRA                    | 17        |
| (C)- REGULARIDADE FISCAL                                  | 18        |
| (D) - DOCUMENTAÇÃO RELATIVA À REGULARIDADE TRABALHISTA    | 19        |
| (E) - QUALIFICAÇÃO TÉCNICA                                | 20        |
| 15. RECURSOS  | 20        |
| 16. GARANTIA  | 21        |
| 17. ADJUDICAÇÃO, HOMOLOGAÇÃO E CONTRATAÇÃO                | 22        |
| 18. CONDIÇÕES DE PAGAMENTO                                | 23        |
| 19. REAJUSTE  | 24        |
| 20. SANÇÕES ADMINISTRATIVAS                               | 24        |
| 21. FORO  | 25        |
| 22. DISPOSIÇÕES FINAIS                                    | 25        |
| <b>ANEXO I - TERMO DE REFERÊNCIA</b>                      | <b>27</b> |
| 1. ASPECTOS GERAIS  | 27        |
| 1.1. INTRODUÇÃO   | 27        |
| 1.2. JUSTIFICATIVA  | 27        |
| 1.3. OBJETO   | 27        |
| 1.4. PRAZO  | 27        |
| 1.5. CONTRATANTE  | 28        |
| 1.6. ESTIMATIVA ORÇAMENTÁRIA                              | 28        |
| 2. ESCOPO E CARACTERÍSTICAS DOS SERVIÇOS                  | 28        |
| 2.1. GARANTIAS BÁSICAS DO SEGURO                          | 28        |
| 2.2. PRESTAÇÃO DOS SERVIÇOS                               | 30        |
| 2.3. AVISO DE SINISTRO                                    | 31        |
| 2.4. INDENIZAÇÕES E SINISTROS                             | 31        |
| 2.5. FRANQUIA   | 32        |
| 3. OBRIGAÇÕES   | 32        |

|  |           |
|--|-----------|
| 3.1. DA CONTRATADA   | 32        |
| 3.2. DA CONTRATANTE  | 33        |
| 4. INFORMAÇÕES ADICIONAIS  | 33        |
| APÊNDICE - DESCRIÇÃO DO SISTEMA BRT  | 36        |
| <b>ANEXO II - ESTIMATIVA ORÇAMENTÁRIA</b>  | <b>38</b> |
| <b>ANEXO III - CARTA DE CREDENCIAMENTO</b>   | <b>40</b> |
| <b>ANEXO IV - DECLARAÇÃO ME/EPP</b>  | <b>41</b> |
| <b>ANEXO V - DECLARAÇÃO REF. AO DECRETO MUNICIPAL Nº 23.445/03</b>                   | <b>42</b> |
| <b>ANEXO VI - DECLARAÇÃO REF. AO ARTIGO 9º, III, DA LEI Nº 8.666/93 E ARTIGO 2º,</b> | <b>43</b> |
| <b>ANEXO VII - MODELO DE PROPOSTA</b>  | <b>44</b> |
| <b>ANEXO VIII - DECLARAÇÃO DE INEXISTÊNCIA DE FATO SUPERVENIENTE</b>                 | <b>45</b> |
| <b>ANEXO IX - DECLARAÇÃO REF. AO DECRETO MUNICIPAL Nº 27.715/07</b>                  | <b>46</b> |
| <b>ANEXO X - DECLARAÇÃO DE REGULARIDADE TRABALHISTA</b>                              | <b>47</b> |
| <b>ANEXO XI - DECLARAÇÃO DE ATENDIMENTO AOS REQUISITOS DE HABILITAÇÃO</b>            | <b>48</b> |

**EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL**

SECRETARIA MUNICIPAL DE TRANSPORTES - SMTR

**PREGÃO PRESENCIAL PP - SMTR Nº 1076/2022****1. INTRODUÇÃO**

1.1 - O MUNICÍPIO DO RIO DE JANEIRO, por meio da SECRETARIA MUNICIPAL DE TRANSPORTES, torna público que fará realizar licitação, sob a modalidade de PREGÃO PRESENCIAL, do tipo menor preço global, para prestação de serviços de seguro de casco para a frota de veículos novos tipo ônibus utilizados no Sistema BRT devidamente descritos, caracterizados e especificados neste EDITAL e/ou no ANEXO I - TERMO DE REFERÊNCIA, na forma da lei.

1.2 - A presente licitação se rege por toda a legislação aplicável à espécie, especialmente pelas normas de caráter geral das Leis Federais nº 10.520/02 e nº 8.666/93, pelo Decreto Municipal nº 30.538/09, pela Lei Complementar Federal nº 123/06 - Estatuto Nacional da Microempresa e da Empresa de Pequeno Porte, pela Lei Complementar Federal nº 101/00 - Lei de Responsabilidade Fiscal, pelo Código de Defesa do Consumidor, instituído pela Lei Federal nº 8.078/90 e suas alterações, pelo Código de Administração Financeira e Contabilidade Pública do Município do Rio de Janeiro - CAF, instituído pela Lei nº 207/80, e suas alterações, ratificadas pela Lei Complementar nº 1/90, pelo Regulamento Geral do Código supra citado - RGCAF, aprovado pelo Decreto Municipal nº 3.221/81, e suas alterações, pela Lei Complementar Municipal nº 111/11 - Plano Diretor e de Desenvolvimento Urbano Sustentável do Município do Rio de Janeiro, pela Lei Municipal nº 2.816/99, e pelos Decretos Municipais nº 17.907/99, 18.835/00, 19.810/01, 21.083/02, 21.253/02, 22.136/02, 25.240/05, 27.715/07, 31.349/09, 31.886/10, 39.726/15 e 40.286/15, com suas alterações posteriores, bem como pelos preceitos de Direito Público, pelas disposições deste EDITAL e de seus Anexos, normas que as licitantes declaram conhecer e a elas se sujeitarem incondicional e irrestritamente.

1.3 - As retificações do EDITAL obrigarão todas as licitantes e serão divulgadas pelos mesmos meios de divulgação do EDITAL.

1.4 - A licitação que é objeto do presente EDITAL poderá ser adiada ou revogada por razões de interesse público, sem que caiba às licitantes qualquer direito a reclamação ou indenização por estes motivos, de acordo com o art. 387 do RGCAF c/c o art. 49 da Lei Federal nº 8.666/93.

1.5 - As licitantes interessadas poderão obter o presente EDITAL e seus anexos no endereço eletrônico <https://transportes.prefeitura.rio/> e/ou <http://www.comprasgovernamentais.gov.br>.

1.6 - Os interessados poderão solicitar esclarecimentos acerca do objeto deste EDITAL ou

interpretação de qualquer de seus dispositivos em até 4 (quatro) dias antes da abertura da sessão, por escrito, no seguinte endereço: Rua Dona Mariana, n 48, Botafogo, Rio de Janeiro de 9 até 16 horas, ou, ainda, através do e-mail [projetos.smtr.rio@gmail.com](mailto:projetos.smtr.rio@gmail.com), até às 16 horas., indicando o número do Pregão Presencial PP- SMTR Nº 1076/2022 e contendo arquivo anexado com as questões formuladas em formato “pdf” ou “doc” e informação do endereço eletrônico do LICITANTE para a resposta.

1.6.1 - Caberá ao Pregoeiro e à sua Equipe de Apoio responder aos pedidos de esclarecimentos até 3 (três) dias úteis antes da abertura da sessão, com encaminhamento de cópia da resposta para todos os interessados, observado o disposto no item 1.3.

1.7 - Os interessados poderão formular impugnações ao EDITAL até 2 (dois) dias úteis antes da abertura da sessão, no seguinte endereço: Rua Dona Mariana, n 48, Botafogo, Rio de Janeiro, ou, ainda, através do e-mail [projetos.smtr.rio@gmail.com](mailto:projetos.smtr.rio@gmail.com), até às 16 horas, indicando o número do Pregão Presencial PP- SMTR Nº 1076/2022 e contendo arquivo anexado com as questões formuladas em formato “pdf” ou “doc” e informação do endereço eletrônico do LICITANTE para a resposta.

1.7.1 - Caberá ao pregoeiro, auxiliado pelos responsáveis pela elaboração do EDITAL e dos anexos, decidir sobre a impugnação no prazo de 1 (um) dia útil, contado da data de recebimento da impugnação, observado o disposto no item 1.3.

1.8 - A licitação não prosseguirá nos atos ulteriores até que sejam prestados os esclarecimentos ou respondidas as impugnações existentes. Oferecida a resposta da Administração, a sessão de recebimento das propostas será realizada nos prazos indicados nos itens 1.6.1. ou 1.7.1., conforme o caso, no mesmo horário e local, salvo quando houver designação expressa de outra data pelo Pregoeiro a ser divulgada pelos mesmos meios de divulgação do EDITAL.

## **2. AUTORIZAÇÃO PARA REALIZAÇÃO DA LICITAÇÃO**

2.1 - Autorização da SECRETARIA MUNICIPAL DE TRANSPORTES, constante do Processo Administrativo nº MTR-PRO-2022/00418 de 03/10/2022, publicada no Diário Oficial do Município do Rio de Janeiro - D.O. RIO de 13/10/2022 .

## **3. DIA, HORÁRIO E LOCAL DA ABERTURA DA LICITAÇÃO**

3.1 - No dia 26 de outubro de 2022, às 11h, o Pregoeiro e sua Equipe de Apoio estarão reunidos na Secretaria Municipal de Transportes, na Rua Ulysses Guimarães, nº 16, auditório, Cidade Nova, na Cidade do Rio de Janeiro, para receber e iniciar a abertura dos envelopes referentes ao PREGÃO PRESENCIAL PP - SMTR Nº 1076/2022 .

3.2 - No caso de a licitação não poder ser realizada na data estabelecida, será adiada para o primeiro dia útil posterior, no mesmo horário e local, salvo designação expressa de

outra data pelo Pregoeiro a ser divulgada pelos mesmos meios de divulgação do EDITAL.

#### 4. OBJETO

4.1 - O objeto da presente licitação é a contratação de **PRESTAÇÃO DE SERVIÇO COMUM DE SEGURO DE CASCO, NA MODALIDADE VALOR DETERMINADO, PARA A FROTA DOS VEÍCULOS NOVOS TIPO ÔNIBUS DO SISTEMA BRT**, cobrindo os eventos de colisão, incêndio, roubo e furto, conforme as especificações constantes deste EDITAL e/ou do TERMO DE REFERÊNCIA.

#### 5. RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS

5.1 - Os recursos necessários à realização dos serviços ora licitados correrão à conta da seguinte dotação orçamentária:

SECRETARIA MUNICIPAL DE TRANSPORTES - SMTR  
PROGRAMA DE TRABALHO: 2901.2612203802.160  
NATUREZA DA DESPESA: 339039  
FONTE DE RECURSO: 100

5.2 - O demonstrativo contendo a estimativa prevista encontra-se no Anexo II - Estimativa Orçamentária, totalizando a importância de **R\$14.850.346,31 (catorze milhões, oitocentos e cinquenta mil, trezentos e quarenta e seis reais e trinta e um centavos)**.

#### 6. TIPO DE LICITAÇÃO

6.1 - A presente licitação é do tipo menor preço global.

#### 7. PRAZOS

7.1 - A contratação vigorará conforme definido no Anexo I - TERMO DE REFERÊNCIA.

7.2 - O prazo de execução dos serviços poderá ser prorrogado ou alterado nos termos da Lei Federal nº 8.666/93.

7.3 - No caso de serviços continuados, o contrato poderá ser prorrogado na forma do artigo 57, II ou IV, da Lei Federal nº 8.666/93 e das demais normas aplicáveis.

7.4 - As licitantes ficam obrigadas a manter a validade da proposta por 60 (sessenta) dias, contados da data da realização da licitação.

7.5 - Decorrido o prazo consignado no item anterior sem que tenha havido convocação para assinatura do termo de contrato ou para retirada do instrumento equivalente, as licitantes ficarão liberadas de quaisquer compromissos assumidos.

## 8. CONDIÇÕES DE PARTICIPAÇÃO

8.1 - Poderão participar da presente licitação as empresas interessadas devidamente cadastradas ou que atenderem às exigências constantes deste EDITAL, comprovando atenderem aos requisitos mínimos de qualificação exigidos neste EDITAL, inclusive no que se refere aos documentos requeridos na habilitação, conforme item 14.

8.2 - No caso das licitantes não cadastradas que atenderem às exigências citadas no item anterior, a eventual habilitação concedida pelo Pregoeiro somente autorizará a participação na presente licitação, não substituindo aquela efetuada perante o Registro Cadastral.

8.3 - Os interessados cadastrados deverão comprovar o cadastro mediante a apresentação de cópia autenticada por cartório competente do Certificado do Registro e Qualificação de Fornecedores/Prestador de Serviços - CRQF/PS para prestação de serviços em geral emitido pela Secretaria Municipal de Administração - SMA conforme disposto no Decreto Municipal nº 15.814/97, que instituiu o Sistema Informatizado de Fornecedores - SIFOR. Serão também aceitos os Certificados de Registro de Fornecedores emitidos pelo governo estadual ou pelo governo federal.

8.4 - A licitante cadastrada que possuir documento vencido em seu cadastro não deverá declarar inexistência de fato superveniente, mas, sim, apresentar no envelope os documentos correspondentes aos vencidos com nova validade.

8.5 - Não serão admitidas nesta licitação as empresas suspensas do direito de licitar, no prazo e nas condições do impedimento, e as declaradas inidôneas pela Administração Direta ou Indireta.

8.6 - Não será permitida a participação de sociedades cooperativas em razão da natureza do objeto do presente certame.

8.7 - Não será permitida a participação em consórcio.

8.8 - As operações societárias promovidas por sociedades empresariais isoladamente ou por aquelas participantes de consórcio ou as alterações de composição de consórcio deverão ser submetidas à prévia aprovação da Secretaria Municipal de Transportes - SMTR, para verificação de suas implicações com o objeto do Contrato, que poderá ser rescindido em qualquer hipótese de prejuízo ou elevação de risco para o seu cumprimento.

8.9 - Não será permitida a participação na licitação de mais de uma sociedade sob o controle de um mesmo grupo de pessoas físicas ou jurídicas.

8.10 - Não será permitida a participação de licitantes cujos dirigentes, gerentes, sócios ou componentes do seu quadro técnico sejam servidores da Administração Direta ou Indireta do Município, ou que o tenham sido nos últimos 180 (cento e oitenta) dias anteriores à data desta licitação. Será vedada também a participação de licitantes que possuam em

seus quadros funcionais profissional que tenha ocupado cargo integrante dos 1º e 2º escalões da Administração Direta ou Indireta do Município, nos últimos 12 (doze) meses, devendo apresentar declaração de atendimento a tal requisito.

8.11 - Não serão aceitas na presente licitação as licitantes que tenham participado da elaboração do(s) projeto(s) relacionado(s) ao objeto desta licitação, bem como aquelas cujo quadro técnico seja integrado por profissional que tenha atuado como autor ou colaborador do TERMO DE REFERÊNCIA.

## 9. CREDENCIAMENTO

9.1 - A sessão de credenciamento ocorrerá na data e local indicados no item 3.1 e terá início trinta minutos antes do horário previsto para a sessão de apresentação dos envelopes de proposta e de documentação de habilitação.

9.2 - As empresas participantes serão representadas na sessão do pregão por seu representante legal, que deverá estar devidamente munido de credencial que o autorize a participar do procedimento licitatório.

9.3 - Por credencial entende-se:

a) Procuração passada por instrumento público ou particular, com firma reconhecida, que contenha poderes “*ad negocia*” para formular proposta e apresentar lances de preços, manifestar a intenção de recorrer e desistir de recursos, bem como praticar todos os demais atos pertinentes a este procedimento, em nome da empresa licitante, ou Carta de Credenciamento, na forma do Anexo III, acompanhadas, em ambos os casos, dos atos constitutivos da sociedade empresária;

b) Atos constitutivos da sociedade empresária no qual estejam expressos os poderes para exercer direitos e assumir obrigações no caso em que o próprio sócio administrador comparecer à sessão de pregão.

9.4 - O representante deverá, antes da entrega dos envelopes e da credencial, identificar-se exibindo a carteira de identidade ou outro documento equivalente.

9.5 - A credencial do representante da licitante deverá ser entregue separadamente dos envelopes “A” e “B”, referidos no item 10.2 deste EDITAL.

9.6 - A proponente deverá apresentar ao Pregoeiro, de forma avulsa, declaração dando ciência de que cumpre plenamente os requisitos de habilitação, nos termos do inciso VII, art. 4º, da Lei Federal nº 10.520/02, na forma do Anexo XI.

9.7 - A não apresentação da declaração prevista no item 9.6 ou da credencial descrita no item 9.3 implicará a desclassificação imediata da licitante, resultando o mesmo efeito no caso de incorreção desses documentos.



9.8. Durante a sessão de credenciamento, o pregoeiro deverá efetuar consulta ao Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas - CEIS, de modo a não admitir a permanência, no certame, de licitante declarada suspensa de participar em licitações, impedida de contratar com a Administração ou declarada inidônea.

9.9 - O credenciamento tem sua validade restrita a um único pregão presencial, devendo a empresa credenciar-se todas as vezes que tiver interesse em participar de um certame realizado nessa modalidade pela Secretaria Municipal de Transportes.

## **10. APRESENTAÇÃO DAS PROPOSTAS DE PREÇO E DA DOCUMENTAÇÃO**

10.1 - Declarados encerrados os procedimentos de credenciamento, não mais serão admitidos novos proponentes, dando-se início ao recebimento dos envelopes de proposta de preços e documentação.

10.2 - Os documentos e as propostas exigidos no presente EDITAL serão apresentados em 2 (dois) envelopes indevassáveis e fechados, constando obrigatoriamente da parte externa de cada um as seguintes indicações:

(a) ENVELOPE "A" - PROPOSTA DE PREÇO  
SECRETARIA MUNICIPAL DE TRANSPORTES  
PREGÃO PRESENCIAL PP - SMTR Nº 1076/2022.  
[NOME COMPLETO E ENDEREÇO DA LICITANTE]

(b) ENVELOPE "B" - DOCUMENTAÇÃO DE HABILITAÇÃO  
SECRETARIA MUNICIPAL DE TRANSPORTES  
PREGÃO PRESENCIAL PP - SMTR Nº 1076/2022 .  
[NOME COMPLETO E ENDEREÇO DA LICITANTE]

## **11. FORMA DE APRESENTAÇÃO DAS PROPOSTAS E DOS DOCUMENTOS**

11.1 - Os documentos dos envelopes "A" - PROPOSTA DE PREÇO e "B" - DOCUMENTAÇÃO DE HABILITAÇÃO serão apresentados na forma estabelecida nos itens abaixo.

11.2 - O ENVELOPE "A" - PROPOSTA DE PREÇO deverá conter o Modelo Oficial de Proposta de Preços, na forma do Anexo VII , devidamente preenchido e elaborado pela licitante, carimbados e assinados pelo(s) seu(s) representante(s) legal(is). Os valores da Proposta de Preços serão apresentados em algarismos e por extenso, com duas casas decimais, sem rasuras ou entrelinhas, prevalecendo, em caso de discrepância, o valor por extenso. No caso de números inteiros, será dispensável a apresentação do algarismo zero nas casas decimais. Somente serão aceitas as propostas cujos modelos de formulário estiverem assinados por membro da Comissão de Licitação.

11.2.1 - As propostas de preço serão ofertadas com base no preço global do objeto licitado.

11.2.2 - A proposta de preços deverá ser apresentada em documento original e, se houver solicitação da Secretaria Municipal de Transportes, também em meio magnético ou digital (*pen drive*, DVD-ROM, CD-ROM *etc.*), prevalecendo, em caso de discrepância, o consignado em documento original.

11.3 - Não serão admitidas, sob quaisquer motivos, modificações ou substituições da proposta ou de quaisquer documentos, uma vez entregues os envelopes "A" - PROPOSTA DE PREÇO e "B" - DOCUMENTAÇÃO DE HABILITAÇÃO, ressalvado o disposto no item 14.6.

11.4 - No preço proposto serão computadas todas as despesas para a prestação do(s) serviço(s), incluindo a totalidade dos custos diretos e indiretos do objeto da presente licitação, constituindo obrigação da CONTRATADA o pagamento dos salários de todos os seus empregados e respectivos encargos sociais, trabalhistas, previdenciários e securitários, bem como todos os tributos, encargos fiscais e comerciais decorrentes da execução do contrato, inclusive seguros, multas, e outras despesas relacionadas ao objeto da licitação e quaisquer despesas extras e necessárias não especificadas neste EDITAL, mas julgadas essenciais ao cumprimento do objeto desta licitação.

11.4.1 - As propostas de preços apresentadas por cooperativas de trabalho ou por contribuintes individuais deverão incluir os valores devidos a título de contribuição previdenciária, no montante dos percentuais consignados no Decreto Municipal nº 18.835/00.

11.4.2 - O valor total da proposta, acrescido dos valores devidos a título de contribuição previdenciária, na forma do item anterior, será considerado apenas para efeito de comparação com o valor das propostas apresentadas pelas demais licitantes, no momento do seu julgamento.

11.4.3 - O valor devido a título de contraprestação pela execução dos serviços será obtido mediante a dedução do valor total da proposta do montante do valor devido a título de contribuição previdenciária, o qual deverá ser recolhido à entidade competente, na forma da legislação.

11.5 - Nenhuma reivindicação para pagamento adicional será considerada se decorrer de erro ou má interpretação do objeto licitado ou deste EDITAL. Considerar-se-á que os preços propostos são completos e suficientes para pagar todos os serviços.

11.6 - As licitantes arcarão com todos os custos relativos à apresentação das suas propostas. A Secretaria Municipal de Transportes - SMTR, em nenhuma hipótese, será responsável por tais custos, quaisquer que sejam os procedimentos seguidos na licitação ou os seus resultados.

11.7 - Os documentos exigidos no ENVELOPE "B" - DOCUMENTAÇÃO DE HABILITAÇÃO poderão ser apresentados no original ou em cópia reprográfica autenticada em ambos os lados, frente e verso, se este último contiver notações ou outras informações relevantes, rubricados pelo representante legal da licitante, em qualquer

caso, e acompanhados das respectivas certidões de publicação no órgão da imprensa oficial, quando for o caso. As folhas da documentação serão numeradas em ordem crescente e não poderão conter rasuras ou entrelinhas. Na hipótese de falta de numeração, numeração equivocada ou ainda inexistência de rubrica do representante legal nas folhas de documentação, poderá o Pregoeiro solicitar ao representante da empresa, devidamente identificado e que tenha poderes para tanto, que, durante a sessão de abertura do envelope “B”, sane a incorreção. Somente a falta de representante legal ou a recusa do mesmo em atender ao solicitado é causa suficiente para inabilitação da licitante.

11.7.1 - As solicitações de autenticação dirigidas ao Pregoeiro ou à sua Equipe de Apoio deverão ser requeridas antes do início da sessão de abertura da licitação, preferencialmente com antecedência mínima de 1 (um) dia útil da data marcada para abertura da sessão de licitação.

11.8 - A cópia autenticada do cartão de inscrição ou do Certificado do Registro e Qualificação de Fornecedores/Prestador de Serviços - CRQF/PS para prestação de serviços em geral emitido pela Secretaria Municipal de Administração - SMA, quando for o caso, atualizado e vigente na data da licitação, supre a apresentação dos documentos exigidos nas alíneas (A.1), (A.2), (A.3) e (A.4) (habilitação jurídica) e (C.1) e (C.2) (regularidade fiscal) do item 14, devendo a parte declarar, na forma do Anexo, sob as penalidades cabíveis, a inexistência de fato impeditivo da habilitação e apresentar o restante da documentação prevista no referido item do EDITAL. Serão também aceitos os Certificados de Registro de Fornecedores emitidos pelo governo estadual ou pelo governo federal.

11.9 - A licitante que possuir documentos vencidos em seu cadastro fica dispensada da apresentação da declaração de inexistência de fato superveniente Anexo VIII, devendo apresentar no ENVELOPE “B” - DOCUMENTAÇÃO DE HABILITAÇÃO os referidos documentos com nova validade.

## **12. SESSÃO DO PREGÃO**

12.1- Da abertura das propostas de preço:

12.1.1- Após a fase de credenciamento, o Pregoeiro procederá à abertura dos envelopes com propostas de preços, verificando a conformidade das propostas com os requisitos estabelecidos neste EDITAL, desclassificando, preliminarmente, aquelas que estiverem em desacordo com o EDITAL.

12.1.2- Verificada a compatibilidade com o exigido no EDITAL, serão classificadas a proposta de menor preço e aquelas que tenham valores sucessivos e superiores em até 10% (dez por cento) daquela.

12.1.3- Quando não existirem no mínimo 3 (três) propostas sucessivas e superiores em até 10% (dez por cento) da menor proposta de preço, serão classificadas as três melhores propostas, já incluída a da licitante que tiver apresentado o menor preço na proposta escrita.

12.1.4- Havendo empate entre propostas de preço que se enquadrem nas hipóteses descritas nos dois itens anteriores, serão todas classificadas, realizando-se sorteio para determinação da ordem de oferta dos lances.

12.2- Dos lances verbais:

12.2.1- Após a classificação das propostas, o Pregoeiro as divulgará em voz alta, e convidará, individualmente, os representantes das licitantes classificadas a apresentarem lances verbais, a partir da autora da proposta classificada de maior preço, seguida das demais, de forma sucessiva e em valores distintos e decrescentes.

12.2.2- O Pregoeiro poderá estipular redução mínima entre os lances.

12.2.3- A desistência em apresentar lance verbal, quando for feita a convocação pelo Pregoeiro, importará a exclusão da licitante da etapa de apresentação de lances verbais, com a manutenção do último preço por ela apresentado para efeito de ordenação das propostas. Caso todas as licitantes se recusem a apresentar lances verbais, a ordem de classificação das propostas escritas será mantida.

12.2.4- A rodada de lances verbais será repetida quantas vezes o Pregoeiro considerar necessário.

12.2.5- O Pregoeiro poderá, motivadamente, estabelecer limite de tempo para a fase de formulação dos lances verbais, mediante prévia comunicação às licitantes e expressa menção na Ata da Sessão.

12.2.6- Não serão aceitos dois ou mais lances de mesmo valor, prevalecendo aquele que for recebido em primeiro lugar.

12.2.7- A desistência dos lances já ofertados sujeitará a licitante às penalidades cabíveis previstas no item 20 deste EDITAL.

12.2.8- Declarada encerrada a etapa de lances, as propostas serão reordenadas e o Pregoeiro examinará a aceitabilidade da primeira classificada, quanto ao objeto e valor, decidindo motivadamente.

12.2.9 - Caso não sejam apresentados lances, observado o direito de preferência para as microempresas e empresas de pequeno porte, será verificada a conformidade entre a proposta de menor preço e o valor estimado para a contratação. Ocorrendo empate entre propostas, far-se-á o desempate por sorteio para determinação da ordem de oferta dos lances.

### **13. JULGAMENTO DAS PROPOSTAS E DIREITO DE PREFERÊNCIA**

13.1 - Para julgamento e classificação das propostas, será adotado o critério do menor preço global, sendo considerada mais bem classificada a licitante que, ao final da etapa de lances do pregão presencial, tenha apresentado lance(s) cujo(s) valor(es) seja(m) igual(is)

ou inferior(es) ao(s) previsto(s) na estimativa orçamentária Anexo II.ine

13.1.1 - Caso não venham a ser ofertados lances, será considerada vencedora a licitante que, ao final da etapa de lances, tenha apresentado proposta(s) cujo(s) valor(es) seja(m) igual(is) ou inferior(es) ao(s) previsto(s) na estimativa orçamentária Anexo II.

13.2 - Será assegurada, como critério de desempate, a preferência de contratação para as microempresas e empresas de pequeno porte em relação àquelas empresas que não detenham essa condição.

13.2.1 - Após a classificação das propostas, as licitantes que se enquadrem como microempresas ou empresas de pequeno porte, nos termos da Lei Complementar Federal nº 123/06, deverão manifestar esta condição, sendo proibido, sob pena de exclusão deste procedimento, identificarem-se como tal antes do momento determinado neste subitem.

13.2.2 - Serão consideradas em situação de empate as propostas apresentadas pelas microempresas e empresas de pequeno porte iguais ou superiores em até 5% (cinco por cento) àquela considerada mais bem classificada.

13.2.3 - Ocorrendo o empate, na forma do item anterior, proceder-se-á da seguinte forma:

- a) A microempresa ou empresa de pequeno porte mais bem classificada será convocada para apresentar proposta de preço inferior àquela até então considerada a melhor oferta no prazo máximo de 5 (cinco) minutos, após o encerramento da fase de lances, sob pena de preclusão;
- b) Caso a microempresa ou empresa de pequeno porte convocada apresente proposta de preço inferior, esta será considerada a melhor oferta;
- c) Caso a microempresa ou empresa de pequeno porte convocada não apresente proposta de preço inferior, serão convocadas, na ordem classificatória, as demais microempresas ou empresas de pequeno porte que se enquadrem na situação de empate antes prevista, para o exercício de igual direito;
- d) No caso de equivalência nos valores apresentados por mais de uma microempresa ou empresa de pequeno porte que se enquadrem na situação de empate antes prevista, proceder-se-á ao sorteio entre estas de modo a se determinar aquela que primeiro poderá apresentar melhor oferta.

13.2.4 - Caso nenhuma microempresa ou empresa de pequeno porte venha a ter sua proposta considerada a mais bem classificada pelo critério de desempate, o objeto licitado será adjudicado em favor da proposta originalmente mais bem classificada do certame.

13.2.5 - Somente haverá aplicação do disposto nos itens acima quando a proposta originalmente mais bem classificada do certame não tiver sido apresentada por microempresa ou empresa de pequeno porte.

13.3 - Inexistindo proposta de microempresas ou empresas de pequeno porte em situação de empate, conforme previsto no item 13.2, serão observadas, quanto às demais propostas em situação de empate, as preferências dispostas no artigo 3º e respectivos

parágrafos da Lei nº 8.666/93.

13.4 - Persistindo o empate entre as propostas mencionadas no item anterior, o desempate se dará por meio de sorteio promovido em sessão pública, antecedida de convocação dirigida a todas as licitantes, na presença daquelas que venham a comparecer ao ato.

13.5 - Após o encerramento das etapas anteriores, o Pregoeiro poderá encaminhar, contraproposta à licitante mais bem classificada para que seja obtida melhor proposta, observado o critério de julgamento, não se admitindo negociar condições diferentes daquelas previstas em EDITAL. A negociação poderá ser acompanhada pelas demais licitantes.

13.6 - O Pregoeiro desclassificará:

- I - As propostas que não atenderem, no todo ou em parte, às disposições deste EDITAL;
- II - As propostas com preço excessivo, consideradas como tais as que excederem o valor do orçamento estimado;
- III - As propostas com preços inexequíveis.

13.7 - Nas hipóteses em que se configurarem preços inexequíveis, o Pregoeiro e sua Equipe de Apoio, por meio de diligência, poderão averiguar se a oferta da licitante é viável, dando-lhe a oportunidade de comprovar, documentalmente, serem os custos dos insumos coerentes com os de mercado e os coeficientes de produtividade compatíveis com a execução do objeto licitado.

13.8 - Na hipótese de desclassificação de todas as propostas, o Pregoeiro poderá fixar às licitantes o prazo de 8 (oito) dias úteis para apresentação de outras propostas, corrigida das causas de sua desclassificação.

13.9 - Sendo aceitável a proposta de menor preço, será aberto o envelope contendo a documentação de habilitação da licitante que a tiver formulado, para confirmação das suas condições de habilitação.

## **14. HABILITAÇÃO**

14.1 - As licitantes apresentarão no ENVELOPE “B” os documentos especificados a seguir:

- (A) Documentação relativa à habilitação jurídica;
- (B) Documentação relativa à qualificação econômico-financeira;
- (C) Documentação relativa à regularidade fiscal;
- (D) Documentação relativa à regularidade trabalhista;
- (E) Documentação relativa à qualificação técnica.

14.2 - Não serão aceitos como documentação hábil a suprir exigências deste EDITAL pedidos de inscrição, protocolos, cartas ou qualquer outro documento que visem a substituir os exigidos, exceto nos casos admitidos pela legislação.

14.3 - Se os Certificados, Declarações, Registros e Certidões não tiverem prazo de validade declarado no próprio documento, da mesma forma que não conste previsão em legislação específica, os referidos documentos deverão ter sido emitidos há, no máximo, 90 (noventa) dias, contados até a data da realização da licitação.

14.3.1 - Ficam excluídos da validade de 90 (noventa) dias os atestados técnicos, na forma do inciso I do §1º do artigo 30 da Lei Federal nº 8.666/93.

14.4 - A licitante que se enquadre como microempresa ou empresa de pequeno porte e que queira usufruir do tratamento privilegiado assegurado pelo Decreto Municipal n.º 31.349/09 e pela Lei Complementar Federal n.º 123/06, deverá apresentar juntamente com a documentação contida no ENVELOPE 'B', declaração de que cumpre os requisitos previstos no referido diploma legal, especialmente no seu artigo 3º, sob as penas da lei, em especial do artigo 299, do Código Penal, na forma do Anexo IV do EDITAL.

14.4.1 - A falta da declaração de enquadramento da licitante como microempresa ou empresa de pequeno porte não conduzirá ao seu afastamento da licitação, mas tão somente dos benefícios da Lei Complementar Federal nº 123/06.

14.4.2 - A declaração falsa de enquadramento da licitante como microempresa ou empresa de pequeno porte implicará a sua inabilitação quando a falsidade for constatada no curso do certame, sem prejuízo das penalidades cabíveis.

14.5 - Os documentos necessários à habilitação da licitante farão parte integrante do processo administrativo e poderão ser apresentados em original ou cópia autenticada por cartório competente ou ainda em cópias acompanhadas dos respectivos originais, de modo a permitir a autenticação destes na forma do art. 32 da Lei Federal nº 8.666/93, com exceção da proposta de preço e declarações firmadas pela licitante, que só serão aceitas no original.

14.6 - O Pregoeiro poderá diligenciar para verificar a regularidade da licitante relativa às condições de habilitação por intermédio de quaisquer meios, fazendo consultas, inclusive via *internet*, e vistorias, podendo, até mesmo, suspender a sessão para tanto. A licitante poderá suprir eventuais omissões ou falhas, relativas ao cumprimento dos requisitos e condições de habilitação estabelecidos no EDITAL, mediante a apresentação de novos documentos ou a substituição de documentos anteriormente ofertados, desde que o faça no curso da própria sessão pública e até a decisão sobre a habilitação.

14.7 - Constatado o atendimento das exigências previstas no EDITAL, a licitante será declarada vencedora, sendo-lhe adjudicado o objeto da licitação pelo próprio Pregoeiro na hipótese de inexistência de recursos, ou pela Secretaria Municipal de Transportes - SMTR, na hipótese de existência de recursos, observando-se o disposto no item 15.5.



14.8 - Se a oferta não for aceitável ou se a licitante desatender quaisquer das exigências previstas neste EDITAL, o Pregoeiro examinará a oferta subsequente na ordem de classificação, verificando a sua aceitabilidade e procedendo a sua habilitação, repetindo esse procedimento sucessivamente, se for necessário, até a apuração de uma proposta que atenda ao EDITAL, sendo a respectiva licitante declarada vencedora.

14.9 - Na hipótese de inabilitação de todas as licitantes, o Pregoeiro poderá fixar o prazo de 8 (oito) dias úteis para apresentação de nova documentação, corrigida das causas de suas inabilitações.

14.10 - Da sessão lavrar-se-á ata circunstanciada, contendo, sem prejuízo de outros, o registro das licitantes credenciadas, das propostas escritas e verbais apresentadas, na ordem de classificação, da análise da documentação exigida para a habilitação e dos recursos interpostos e que, ao final, será assinada pelo Pregoeiro e demais membros da Equipe de Apoio, bem como pelas licitantes presentes.

#### **(A)- HABILITAÇÃO JURÍDICA**

(A.1) Registro comercial, no caso de empresário individual;

(A.2) Estatuto ou Contrato Social em vigor, devidamente registrado, com chancela digital na forma eletrônica ou tradicional, em se tratando de sociedades empresárias, acompanhado dos documentos de designação de seus administradores, caso designados em ato separado;

(A.3) Inscrição do ato constitutivo, no caso de sociedade simples, acompanhada da prova da composição da diretoria em exercício.

(A.3.a) A sociedade simples que não adotar um dos tipos societários regulados no Código Civil deverá mencionar no respectivo ato constitutivo as pessoas naturais incumbidas de sua administração, exceto se assumir a forma de sociedade cooperativa.

(A.4) A prova da investidura dos administradores da sociedade limitada eventualmente designados em ato separado do Contrato Social, mediante termo de posse no livro de atas da Administração e averbação no registro competente.

(A.5) Decreto de autorização, em se tratando de empresa ou sociedade estrangeira em funcionamento no país, e ato de registro ou autorização para funcionamento expedido pelo órgão competente, quando a atividade assim o exigir.

(A.6) Na hipótese de existir alteração nos documentos citados acima posteriormente à constituição da sociedade, os referidos documentos deverão ser apresentados de forma consolidada, contendo todas as cláusulas em vigor.

(A.7) Declaração formal de que atende às disposições do artigo 9º, inciso III, da Lei nº 8.666/93 e do artigo 2º, parágrafo único, do Decreto Municipal nº 19.381/01, na forma do Anexo VI.



## **(B)- QUALIFICAÇÃO ECONÔMICO-FINANCEIRA**

(B.1) Balanço patrimonial e demonstrações contábeis do último exercício social, já exigíveis e apresentados na forma da lei, devidamente registrados na Junta Comercial do Estado de sua sede ou domicílio ou em outro órgão equivalente, devendo apresentar: *(Os índices abaixo poderão ser exigidos cumulativamente ou não, devendo a Administração justificar a opção adotada. O percentual dos índices deverá ser fixado de acordo com o segmento de mercado de que trata o objeto da licitação).*

(B.1.a) Índice de Liquidez Geral (ILG) igual ou maior que 1 (um). Será considerado como Índice de Liquidez Geral o quociente da soma do Ativo Circulante com o Realizável a Longo Prazo pela soma do Passivo Circulante com o Passivo Não Circulante.

$$ILG = \frac{ATIVO\ CIRCULANTE + REALIZÁVEL\ A\ LONGO\ PRAZO}{PASSIVO\ CIRCULANTE + PASSIVO\ NÃO\ CIRCULANTE}$$

(B.1.b) Índice de Liquidez Corrente (ILC) igual ou maior que 1 (um). Será considerado como Índice de Liquidez Corrente o quociente da divisão do Ativo Circulante pelo Passivo Circulante.

$$ILC = \frac{ATIVO\ CIRCULANTE}{PASSIVO\ CIRCULANTE}$$

(B.1.c) Índice de Endividamento (IE) menor ou igual a 0,7 (sete décimos). Será considerado Índice de Endividamento o quociente da divisão da soma do Passivo Circulante com o Passivo Não Circulante pelo Patrimônio Líquido.

$$IE = \frac{PASSIVO\ CIRCULANTE + PASSIVO\ NÃO\ CIRCULANTE}{PATRIMÔNIO\ LÍQUIDO}$$

(B.1.1) - A licitante que utiliza a Escrituração Contábil Digital - ECD deverá apresentar o balanço patrimonial autenticado na forma eletrônica, pelo Sistema Público de Escrituração Digital - SPED, acompanhado do termo de autenticação eletrônica da Junta Comercial dos termos de abertura e de encerramento do Livro Diário.

(B.1.2) Serão considerados e aceitos como na forma da lei os balanços patrimoniais e demonstrações contábeis que contenham as seguintes exigências:

(B.1.2.1) Quando se tratar de sociedades anônimas, o balanço deverá ser apresentado em publicação no Diário Oficial do Estado de sua sede e em jornais de grande circulação. Se for de capital fechado na forma do artigo 294 da Lei 6404/1976 poderá apresentar o balanço de forma eletrônica, conforme determina o art. 289 da Lei 6.404/76;

(B.1.2.2) Quando se tratar de outro tipo societário, o balanço patrimonial acompanhado dos termos de abertura e de encerramento do Livro Diário deverá ser devidamente autenticado na Junta Comercial da sede ou domicílio da licitante ou em outro órgão equivalente, contendo:

(B.1.2.2.1) Quando se tratar de sociedade constituída a menos de um ano, esta deverá apresentar apenas o balanço de abertura, o qual deverá conter a identificação legível e assinatura do responsável contábil da empresa, devidamente registrado no Conselho Regional de Contabilidade - CRC, bem como ser devidamente autenticado na Junta Comercial da sede ou domicílio da licitante ou em outro órgão equivalente.

(B.2) A licitante que não alcançar o índice (ou quaisquer dos índices) acima exigido(s), conforme o caso, deverá comprovar que possui patrimônio líquido mínimo igual ou superior a 10% (dez por cento) do valor estimado para a contratação. A comprovação será obrigatoriamente feita pelo balanço patrimonial e demonstrações contábeis do último exercício social, já exigíveis e apresentados na forma da lei.

(B.3) Certidões negativas de falência, recuperação judicial e extrajudicial, ou de insolvência civil expedidas pelo Distribuidor da sede da licitante. Para as licitantes sediadas na Cidade do Rio de Janeiro, a prova será feita mediante apresentação de certidões dos 1º, 2º, 3º e 4º Ofícios de Registro de Distribuição e pelos 1º e 2º Ofícios de Interdições e Tutelas.

(B.3.1) As licitantes sediadas em outras comarcas do Estado do Rio de Janeiro ou em outros Estados deverão apresentar, juntamente com as certidões negativas exigidas, declaração passada pelo foro de sua sede, indicando quais os Cartórios ou Ofícios de Registros que controlam a distribuição de falências, recuperação judicial e extrajudicial, e insolvência civil.

### **(C)- REGULARIDADE FISCAL**

(C.1) Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas - CNPJ.

(C.2) Prova de inscrição no cadastro de contribuintes estadual ou municipal, se houver, relativo ao domicílio ou sede da licitante, pertinente à atividade empresarial objeto desta licitação.

(C.3) Prova de regularidade com as Fazendas Federal, Estadual e Municipal mediante a apresentação dos seguintes documentos:

(C.3.a) A prova de regularidade com a Fazenda Federal será efetuada por meio da Certidão Conjunta Negativa de Débitos relativos a Tributos Federais, inclusive contribuições sociais, e à Dívida Ativa da União, ou Certidão Conjunta Positiva com efeito negativo, expedida pela Secretaria da Receita Federal do Brasil - RFB e pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional -PGFN, da sede da licitante;

(C.3.b) A prova de regularidade com a Fazenda Estadual do domicílio da licitante será feita por meio da apresentação da certidão negativa ou positiva com efeito negativo do Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços e certidão negativa ou positiva com efeito negativo da dívida ativa, ou, se for o caso, certidão comprobatória de que a licitante, pelo respectivo objeto, está isenta de inscrição estadual;

(C.3.c) A prova de regularidade com a Fazenda Municipal do domicílio da licitante será

feita por meio da apresentação da certidão negativa ou positiva com efeito negativo do Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza e certidão negativa ou positiva com efeito negativo da dívida ativa ou, se for o caso, certidão comprobatória de que a licitante, pelo respectivo objeto, está isenta de inscrição municipal;

(C.3.c.1) No caso de licitante domiciliada no Município do Rio de Janeiro, essa deverá apresentar, além dos documentos listados no item acima, certidão negativa ou positiva com efeito negativo do Imposto Predial e Territorial Urbano. Não sendo a licitante proprietária do imóvel onde localizada a sua sede, deverá apresentar declaração própria, atestando essa circunstância.

(C.4) No caso de licitante domiciliada em outro município, mas que possua filial ou escritório no Município do Rio de Janeiro, essa deverá apresentar, em relação à filial ou ao escritório, certidão negativa ou positiva com efeito negativo do Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza e do Imposto sobre Propriedade Predial e Territorial Urbana e certidão negativa ou positiva com efeito negativo da dívida ativa ou, se for o caso, certidão comprobatória de que a licitante, pelo respectivo objeto, está isenta de inscrição municipal. Não sendo a licitante proprietária do imóvel onde localizada a sua filial ou escritório, deverá apresentar declaração própria atestando essa circunstância.

(C.5) Prova de Regularidade perante o Fundo de Garantia por Tempo de Serviço - CRF-FGTS.

(C.6) As microempresas e empresas de pequeno porte deverão apresentar toda a documentação exigida para efeito de comprovação de regularidade fiscal, mesmo que esta apresente alguma restrição.

(C.6.a) Caso a documentação apresentada pela microempresa ou empresa de pequeno porte contenha alguma restrição, lhe será assegurado o prazo de 5 (cinco) dias úteis, contados do momento em que o proponente for declarado o vencedor da licitação, para a regularização da documentação, pagamento ou parcelamento do débito e emissão de eventuais certidões negativas ou positivas com efeito de negativa.

(C.6.b) O prazo acima será prorrogado por igual período, mediante requerimento do interessado, ressalvadas as hipóteses de urgência na contratação ou prazo insuficiente para o empenho.

(C.6.c) A não regularização da documentação no prazo estipulado implicará a decadência do direito à contratação, sem prejuízo do disposto no art. 81 da Lei Federal nº 8.666/93.

#### **(D) - DOCUMENTAÇÃO RELATIVA À REGULARIDADE TRABALHISTA**

(D.1) Certidão Negativa de Ilícitos Trabalhistas praticados em face de trabalhadores menores, emitida pelo Ministério do Trabalho e Emprego, ou Declaração firmada pela licitante, na forma do Anexo V, de que não emprega menor de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e de que não emprega menor de dezesseis anos, salvo maiores de quatorze anos na condição de aprendiz, sob as penas da lei, consoante o disposto no Decreto Municipal nº 23.445/03.

(D.2) Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas - CNDT ou Certidão Positiva de Débitos Trabalhistas com efeito negativo.

### **(E) - QUALIFICAÇÃO TÉCNICA**

(E.1) Prova de autorização expressa da Superintendência de Seguros Privados (Susep) para funcionamento ou a indicação de lei federal de criação da sociedade, hipótese em que é dispensada a autorização prévia exigida (cf. artigo 8º da Resolução nº 330/2015 do Conselho Nacional de Seguros Privados), em consonância com o disposto no artigo 30, inciso IV, da Lei Federal nº 8.666/1993.

(E.2) Prova de aptidão da empresa licitante para desempenho de atividade pertinente e compatível com o objeto da licitação, por meio de certidão(ões) ou atestado(s), fornecido(s) por pessoa jurídica de direito público ou privado, registrados, quando for o caso, perante o órgão técnico competente.

(E.3) Não será admitida a apresentação de atestado de capacidade técnica emitido por empresa ou empresas do mesmo grupo econômico em favor da licitante participante, no caso desta também pertencer ao grupo econômico.

(E.4) Será admitida a soma dos atestados ou certidões apresentados pelas licitantes, desde que os mesmos sejam tecnicamente pertinentes e compatíveis em características, quantidades e prazos com o objeto da licitação.

(E.5) Os atestados ou certidões recebidos estão sujeitos à verificação do Pregoeiro e da sua Equipe de Apoio quanto à veracidade dos respectivos conteúdos, inclusive para os efeitos previstos nos artigos 90, 101 e 102, da Lei Federal nº 8.666/93.

## **15. RECURSOS**

15.1 - Ao final da sessão e declarada a vencedora da licitação pelo Pregoeiro, qualquer licitante poderá manifestar imediata e motivadamente a intenção de interpor recurso, quando será concedido o prazo de 3 (três) dias úteis para a apresentação das razões do recurso, ficando as demais licitantes, desde logo, intimadas para apresentar contrarrazões em igual número de dias, que começarão a correr do término do prazo da recorrente, sendo-lhes assegurada vista imediata dos autos.

15.2 - A não apresentação das razões escritas acarretará, como consequência, a análise do recurso pela síntese das razões orais.

15.3 - A falta de manifestação imediata e motivada da licitante acarretará a decadência do direito de recurso e a adjudicação, do objeto da licitação pelo Pregoeiro, ao vencedor.

15.4 - O acolhimento do recurso importará apenas a invalidação dos atos insuscetíveis de aproveitamento.

15.5 - Os recursos serão dirigidos ao Pregoeiro, que poderá reconsiderar seu ato, no prazo de 3 (três) dias úteis, ou então, neste mesmo prazo, encaminhar o recurso, devidamente instruído, à autoridade superior, que proferirá a decisão no mesmo prazo, a contar do recebimento.

15.6 - No tocante aos recursos relativos às sanções administrativas devem ser observadas as disposições do art. 109 da Lei Federal nº 8.666/93.

## **16. GARANTIA**

16.1 - A ADJUDICATÁRIA prestará garantia de 2% (dois por cento) do valor total do Contrato, até o momento da sua assinatura ou da retirada do instrumento equivalente, em uma das modalidades previstas no art. 56, § 1º, da Lei Federal nº 8.666/93.

16.1.1 - No caso de seguro-garantia, o instrumento deverá contemplar a possibilidade de sua renovação no período compreendido entre a data de assinatura do Contrato e a data de encerramento da sua execução e incluir a cobertura dos valores relativos a multas eventualmente aplicadas.

16.1.2 - No caso de fiança bancária, deverá ser observado o padrão estabelecido pelo Decreto Municipal nº 26.244/06.

16.2 - A Secretaria Municipal de Transportes - SMTR, utilizará a garantia para assegurar as obrigações associadas ao Contrato, podendo recorrer a esta inclusive para cobrar valores de multas eventualmente aplicadas e ressarcir-se dos prejuízos que lhe forem causados em virtude do descumprimento das referidas obrigações.

16.3 - Os valores das multas impostas por descumprimento das obrigações assumidas no Contrato serão descontados da garantia caso não venham a ser quitados no prazo de 03 (três) dias úteis, contados da ciência da aplicação da penalidade. Se a multa aplicada for de valor superior ao valor da garantia prestada, além da perda desta, responderá a CONTRATADA pela diferença, que será descontada dos pagamentos eventualmente devidos pela Administração ou cobrada judicialmente.

16.4 - Em caso de rescisão decorrente de falta imputável à CONTRATADA, a garantia reverterá integralmente ao CONTRATANTE, que promoverá a cobrança de eventual diferença que venha a ser apurada entre o importe da garantia prestada e o débito verificado.

16.5 - Na hipótese de descontos da garantia a qualquer título, seu valor original deverá ser integralmente recomposto no prazo de 7 (sete) dias úteis, exceto no caso da cobrança de valores de multas aplicadas, em que esse será de 48 (quarenta e oito) horas, sempre contados da utilização ou da notificação pela Secretaria Municipal de Transportes - SMTR, o que ocorrer por último, sob pena de rescisão administrativa do Contrato.

16.6 - Caso o valor do Contrato seja alterado, de acordo com o art. 65 da Lei Federal nº

8.666/93, a CONTRATADA deverá complementar o valor da garantia para que seja mantido o percentual de 2% (dois por cento) do valor do Contrato.

16.7 - Sempre que houver reajuste ou alteração do valor do Contrato, a garantia será complementada no prazo de 7 (sete) dias úteis do recebimento, pela CONTRATADA, do correspondente aviso, sob pena de aplicação das sanções previstas no RGCAF.

16.8 - Os reforços do valor da garantia poderão ser igualmente prestados em uma das modalidades previstas no art. 56, § 1º, da Lei Federal nº 8.666/93.

16.9 - A garantia contratual somente será restituída após o integral cumprimento do Contrato, mediante ato liberatório da autoridade contratante, nos termos do artigo 465, do RGCAF, podendo ser retida, se necessário, para quitar eventuais obrigações da CONTRATADA.

## **17. ADJUDICAÇÃO, HOMOLOGAÇÃO E CONTRATAÇÃO**

17.1 - Não sendo interposto recurso, o Pregoeiro adjudicará o objeto do Pregão à licitante vencedora, com a posterior homologação do resultado pela Secretaria Municipal de Transportes - SMTR. Havendo interposição de recurso, após o julgamento, a Secretaria Municipal de Transportes - SMTR adjudicará e homologará o procedimento.

17.2 - Integram o instrumento substitutivo do termo de contrato, independentemente de transcrição, as prerrogativas constantes no art. 58, da Lei Federal nº 8.666/93.

17.3 - Uma vez homologado o resultado da licitação pela Secretaria Municipal de Transportes - SMTR, será a licitante vencedora convocada, com antecedência mínima de dois dias úteis, pela Secretaria Municipal de Transportes, para assinatura do contrato ou para retirada de instrumento equivalente, ciente de que deverá comparecer no endereço informado, podendo, na impossibilidade de comparecimento do seu representante legal, enviar mandatário munido da respectiva procuração, por instrumento público ou particular, com firma reconhecida, e da via original do documento de identidade e do cartão do Cadastro de Pessoas Físicas - CPF do outorgado, conferindo-lhe poderes específicos para a assinatura de contrato administrativo ou para a retirada de instrumento equivalente.

17.4 - Deixando a ADJUDICATÁRIA de assinar o Contrato ou de retirar o instrumento equivalente no prazo assinalado, poderá o Pregoeiro, independentemente da aplicação das sanções administrativas à faltosa, examinar as ofertas subseqüentes e a qualificação das licitantes por ordem de classificação, e assim, sucessivamente, observado o direito de preferência para as microempresas e empresas de pequeno porte, até a apuração de uma que atenda ao contido neste EDITAL, sendo a respectiva licitante declarada vencedora.

17.5 - A ADJUDICATÁRIA deverá comprovar, no momento da assinatura do Contrato ou da retirada do instrumento equivalente, a manutenção das condições demonstradas para habilitação no EDITAL.



17.6 - A CONTRATADA será responsável, na forma do Contrato, pela qualidade dos serviços prestados e dos materiais empregados, em conformidade com as especificações do TERMO DE REFERÊNCIA e/ou dos projetos, com as normas da Associação Brasileira de Normas Técnicas - ABNT, e demais normas técnicas pertinentes, a ser atestada pela Comissão de Fiscalização. A ocorrência de desconformidade implicará o refazimento do serviço e a substituição dos materiais recusados, por não atender às especificações contidas no TERMO DE REFERÊNCIA que integra este EDITAL, sem ônus para a Secretaria Municipal de Transportes - SMTR. e sem prejuízo da aplicação das sanções cabíveis.

17.7 - A CONTRATADA será também responsável, na forma do Contrato, por todos os ônus, encargos e obrigações comerciais, tributárias, previdenciárias e trabalhistas, por todas as despesas decorrentes de eventuais trabalhos noturnos, e por todos os danos e prejuízos que, a qualquer título, causar a terceiros, em especial, mas não limitado, aos concessionários de serviços públicos, em virtude da execução dos serviços a seu encargo, respondendo por si, seus empregados, prepostos e sucessores.

17.8 - No momento da assinatura do Contrato ou da retirada do instrumento equivalente, a ADJUDICATÁRIA deverá apresentar, quando couber, relação nominal de seus empregados, com a devida documentação comprobatória, demonstrando cumprir o disposto nas políticas de inclusão estabelecidas na legislação em vigor.

17.9 - O ato de recebimento do objeto da licitação não implica a sua aceitação definitiva e não eximirá a licitante de sua responsabilidade no que concerne à qualidade dos serviços prestados.

17.10 - A Fiscalização da execução do objeto contratado caberá à Comissão de Fiscalização.

## **18. CONDIÇÕES DE PAGAMENTO**

18.1 - Os pagamentos deverão ser efetuados após a regular liquidação da despesa, nos termos do art. 63 da Lei Federal nº 4.320/64, observado o disposto no art. 73 da Lei Federal nº 8.666/93. O prazo para pagamento será de 30 (trinta) dias, contados da data do protocolo do documento de cobrança na Secretaria Municipal de Transportes - SMTR e obedecido o disposto na legislação.

18.2 - Para fins de medição, se for o caso, e faturamento, o período-base de medição do serviço prestado será de um mês, considerando-se o mês civil, podendo no primeiro mês e no último, para fins de acerto de contas, o período se constituir em fração do mês, considerado para esse fim o mês com 30 (trinta) dias.

18.2.1 - O pagamento à CONTRATADA será realizado em razão dos serviços efetivamente prestados e aceitos no período-base mencionado no item anterior sem que a Secretaria Municipal de Transportes - SMTR esteja obrigada a pagar o valor total do Contrato.

18.3 - A CONTRATADA deverá apresentar juntamente com o documento de cobrança, os comprovantes de recolhimento do FGTS e INSS de todos os empregados atuantes no contrato, assim como Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas - CNDT ou Certidão Positiva de Débitos Trabalhistas com efeito negativo válida, declaração de regularidade trabalhista, na forma do Anexo X.

18.4 - O valor dos pagamentos eventualmente efetuados com atraso, desde que não decorra de fato ou ato imputável à CONTRATADA, sofrerá a incidência de juros de 1%(um por cento) ao mês, calculados *pro rata die* entre o 31º (trigésimo primeiro) dia da data do protocolo do documento de cobrança na Secretaria Municipal de Transportes e a data do efetivo pagamento.

18.5 - O valor dos pagamentos eventualmente antecipados será descontado à taxa de 1% (um por cento) ao mês, calculada *pro rata die*, entre o dia do pagamento e o 30º (trigésimo) dia da data do protocolo do documento de cobrança na Secretaria Municipal de Transportes.

18.6 - O pagamento será efetuado à CONTRATADA através de crédito em conta corrente aberta em banco a ser indicado pelo CONTRATANTE, a qual deverá ser cadastrada junto à Coordenação do Tesouro Municipal.

## 19. REAJUSTE

19.1 - Não haverá reajuste de valores.

## 20. SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

20.1 - A recusa da ADJUDICATÁRIA em assinar o termo de contrato ou em retirar o instrumento equivalente dentro do prazo estabelecido caracteriza o descumprimento total das obrigações assumidas, independentemente do disposto no item 17.4, sujeitando-a às penalidades previstas no item 20.2.

20.2 - Pelo descumprimento total ou parcial do Contrato, a Secretaria Municipal de Transportes poderá, sem prejuízo responsabilidade civil e criminal que couber, aplicar as seguintes sanções, previstas nos artigos 7º da Lei Federal nº 10.520/02 e 87 da Lei Federal nº 8.666/93 e art. 589 do RGCAF:

- (a) Advertência;
- (b) Multa de mora de até 1% (um por cento) por dia útil sobre o valor do Contrato ou do saldo não atendido do Contrato;
- (c) Multa de até 20% (vinte por cento) sobre o valor do Contrato ou do saldo não atendido do Contrato, conforme o caso, e, respectivamente, nas hipóteses de descumprimento total ou parcial da obrigação, inclusive nos casos de rescisão por culpa da CONTRATADA;
- (d) Suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com a Administração Pública Municipal do Rio de Janeiro por prazo não



superior a 02 (dois) anos;

(e) Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública Municipal do Rio de Janeiro pelo prazo de até 5 (cinco) anos.

20.3 - As sanções somente serão aplicadas após o decurso do prazo para apresentação de defesa prévia do interessado no respectivo processo, nos casos das alíneas “a”, “b”, “c” e “d” do item 20.2, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, e no caso da alínea “e” do item 20.2, no prazo de 10 (dez) dias úteis.

20.4 - As sanções previstas nas alíneas “a”, “d” e “e” do item 20.2 poderão ser aplicadas juntamente com aquelas previstas nas alíneas “b” e “c” do item 20.2, e não excluem a possibilidade de rescisão unilateral do Contrato.

20.5 - A sanção prevista na alínea “e” do item 20.2 poderá também ser aplicada às licitantes que, em outras licitações e/ou contratações com a Administração Pública Direta ou Indireta de qualquer nível federativo, tenham:

- (a) sofrido condenação definitiva por praticarem, por meios dolosos, fraudes fiscais no recolhimento de quaisquer tributos;
- (b) praticado atos ilícitos, visando a frustrar os objetivos da licitação;
- (c) demonstrado não possuir idoneidade para contratar com a Administração Pública, em virtude de outros atos ilícitos praticados.

20.6 - As multas previstas nas alíneas “b” e “c” do item 20.2 não possuem caráter compensatório, e, assim, o pagamento delas não eximirá a CONTRATADA de responsabilidade pelas perdas e danos decorrentes das infrações cometidas.

20.7 - As multas aplicadas poderão ser compensadas com valores devidos à CONTRATADA mediante requerimento expresso nesse sentido.

20.8 - Ressalvada a hipótese de existir requerimento de compensação devidamente formalizado, nenhum pagamento será efetuado à CONTRATADA antes da comprovação do recolhimento da multa ou da prova de sua relevação por ato da Administração, bem como antes da recomposição do valor original da garantia, que tenha sido descontado em virtude de multa imposta, salvo decisão fundamentada da autoridade competente que autorize o prosseguimento do processo de pagamento.

## **21. FORO**

21.1 - Fica eleito o Foro Central da Comarca da Capital do Estado do Rio de Janeiro para dirimir quaisquer dúvidas oriundas do presente EDITAL, renunciando as partes desde já a qualquer outro, por mais especial ou privilegiado que seja.

## **22. DISPOSIÇÕES FINAIS**

22.1 - A franquia não será objeto de classificação das propostas, que serão avaliadas exclusivamente pelo menor preço global conforme item 6 do presente EDITAL.

22.2 - Os valores das franquias deverão constar obrigatoriamente nas propostas e nas apólices, e não excederão os limites máximos de 25% (vinte e cinco) por cento do valor a ser indenizado por veículo conforme especificado no ANEXO I - TERMO DE REFERÊNCIA.

22.3 - A apólice deverá expressamente conter os dispositivos previstos no TERMO DE REFERÊNCIA.

22.4 - Ficam as licitantes sujeitas às sanções administrativas, cíveis e penais cabíveis caso apresentem, na licitação, qualquer declaração falsa ou que não corresponda à realidade dos fatos.

22.5 - Na contagem dos prazos, é excluído o dia de início e incluído o do vencimento, e considerar-se-ão os dias consecutivos, salvo disposição em contrário. Os prazos somente se iniciam e vencem em dias de expediente na Secretaria Municipal de Transportes.

22.6 - As referências de horário correspondem ao horário oficial de Brasília - DF.

22.7 - Será mantido sigilo quanto à identidade das licitantes para o Pregoeiro até a etapa de negociação com o autor da melhor oferta e, para os demais, até a etapa de habilitação.

22.8 - Os casos omissos serão resolvidos pelo Pregoeiro.

22.9 - Fazem parte integrante deste EDITAL:

| <b>ANEXO</b> | <b>DESCRIÇÃO</b>   |
|--------------|--|
| ANEXO I      | TERMO DE REFERÊNCIA  |
| ANEXO II     | ESTIMATIVA ORÇAMENTÁRIA  |
| ANEXO III    | CARTA DE CREDENCIAMENTO  |
| ANEXO IV     | DECLARAÇÃO ME/EPP  |
| ANEXO V      | DECLARAÇÃO REF. AO DECRETO MUNICIPAL Nº 23.445/03  |
| ANEXO VI     | DECLARAÇÃO REF. AO ARTIGO 9º, INCISO III, DA LEI Nº 8.666/93 E ARTIGO 2º, PARÁGRAFO ÚNICO, DO DECRETO MUNICIPAL Nº 19.381/01 |
| ANEXO VII    | MODELO DE PROPOSTA   |
| ANEXO VIII   | DECLARAÇÃO DE INEXISTÊNCIA DE FATO SUPERVENIENTE   |
| ANEXO IX     | DECLARAÇÃO REF. AO DECRETO MUNICIPAL Nº 27.715/07  |
| ANEXO X      | DECLARAÇÃO DE REGULARIDADE TRABALHISTA   |
| ANEXO XI     | DECLARAÇÃO DE ATENDIMENTO AOS REQUISITOS DE HABILITAÇÃO  |

22.10 - Este EDITAL contém 26(vinte e seis) folhas rubricadas e numericamente ordenadas.

Rio de Janeiro, 14 de outubro de 2022.

## **ANEXO I - TERMO DE REFERÊNCIA SEGURO PARA VEÍCULOS TIPO ÔNIBUS SISTEMA BRT**

### **1. ASPECTOS GERAIS**

#### **1.1. INTRODUÇÃO**

O presente documento tem por escopo orientar os proponentes na licitação sob a modalidade pregão presencial do tipo menor preço global para a contratação de prestação de serviço comum de seguro para a frota dos veículos tipo ônibus utilizados no serviço de transporte público coletivo urbano de passageiros, mais precisamente no sistema de transporte coletivo de passageiros BRT na cidade do Rio de Janeiro.

#### **1.2. JUSTIFICATIVA**

A referida licitação é medida que está inserida no contexto de reformulação do Sistema BRT. Nesse novo modelo, a propriedade dos veículos é do poder público.

Com a contratação de empresa especializada na prestação de serviços no ramo de seguros de veículos, pretende-se alcançar a salvaguarda dos veículos tipo ônibus utilizados no Sistema BRT na cidade do Rio de Janeiro, com vistas a minimizar os riscos de perdas patrimoniais, bem como proporcionar a preservação dos bens públicos, haja vista que tal contratação objetiva a cobertura de eventuais acidentes ou imprevistos nos veículos, o que pode envolver desde um abaloamento até a proteção em caso de incêndios, furtos e roubos, tentados e qualificados.

Desta forma, a referida contratação é medida imprescindível à proteção do patrimônio público. O valor de investimento realizado para aquisição desses ônibus e a contratação de seguro de casco para esses ônibus é medida fundamental para amenizar o dano em virtude da ocorrência de algum tipo de sinistro com relação a esses veículos tipo ônibus utilizados no transporte público coletivo de passageiros do Sistema BRT.

A prestação de um serviço de seguro que se visa contratar por meio desta licitação pode ser caracterizado como serviço comum, podendo assim, utilizar a modalidade licitatória de pregão presencial.

#### **1.3. OBJETO**

O objeto da presente licitação é a contratação de PRESTAÇÃO DE SERVIÇO COMUM DE SEGURO DE CASCO, NA MODALIDADE VALOR DETERMINADO, PARA A FROTA DOS VEÍCULOS NOVOS TIPO ÔNIBUS DO SISTEMA BRT, cobrindo os eventos de colisão, incêndio, roubo e furto.

#### **1.4. PRAZO**

O contrato ou instrumento equivalente decorrente desta licitação vigorará pelo período de 12 (doze) meses consecutivos e ininterruptos a partir da retirada da apólice do seguro.

### 1.5. CONTRATANTE

O CONTRATANTE é o Município do Rio de Janeiro, sob o número de CNPJ: 42.498.733/0001-48.

### 1.6. ESTIMATIVA ORÇAMENTÁRIA

Estimativa prevista de **R\$14.850.346,31 (catorze milhões, oitocentos e cinquenta mil, trezentos e quarenta e seis reais e trinta e um centavos)**, conforme demonstrado no ANEXO II - ESTIMATIVA ORÇAMENTÁRIA.

## 2. ESCOPO E CARACTERÍSTICAS DOS SERVIÇOS

### 2.1. GARANTIAS BÁSICAS DO SEGURO

**2.1.1. Cobertura:** A cobertura é a compreensiva em caso de colisão, incêndio, roubo e furto do veículo segurado provenientes de:

- a) Colisão, abalroamento ou capotagem acidentais;
- b) Queda acidental em precipícios ou de pontes e que não seja causada por atos ilícitos dolosos praticados pelo Segurado;
- c) Granizo, furacão e terremoto;
- d) Queda acidental de qualquer agente externo sobre o veículo segurado, desde que tal agente não faça parte integrante do veículo e não esteja nele afixado;
- e) Danos ocasionados à pintura;
- f) Queda, sobre o veículo segurado, da carga por ele transportada, em decorrência de acidente de trânsito e não por simples freada;
- g) Roubo ou furto total do veículo;
- h) Roubo ou furto parcial do veículo segurado, com dedução da franquia estipulada na apólice para ele;
- i) Incêndio ou explosão acidental, raio e suas consequências;
- j) Atos danosos praticados por terceiros, salvo os casos excetuados nas condições gerais da apólice, devidamente registrados pela Seguradora na Susep à época da apresentação da proposta;
- k) Submersão parcial ou total do veículo segurado em água doce proveniente de enchentes ou inundações, inclusive nos casos de veículos guardados em subsolo;
- l) Despesas necessárias ao socorro e salvamento do veículo em consequência de um dos riscos cobertos; e
- m) Roubo ou furto total exclusivo do rádio, toca-fitas, toca cd's, tacógrafo e kit gás, desde que tais itens façam parte do modelo original do veículo, descontada do valor da indenização a franquia estipulada na apólice para o veículo.

**2.1.2. Indenização Total:** Será caracterizada a indenização integral quando os prejuízos, resultantes de um mesmo sinistro, atingirem ou ultrapassarem a quantia de **75% (setenta e cinco por cento)** do valor determinado na contratação da apólice. A CONTRATANTE participará por evento, nos prejuízos indenizáveis, com o valor da franquia, especificado na apólice;

2.1.2.1. O seguro está, obrigatoriamente, sujeito à aplicação de franquia dedutível de cada reclamação indenizável, cujo valor está expresso na apólice. Não haverá aplicação da franquia casco nas indenizações provenientes de incêndio acidentais, queda de raio, explosão e indenização integral do veículo.

2.1.2.2. O valor da indenização integral será efetuada conforme valor determinado especificado na apólice, de acordo com a tabela a seguir:

| ITEM | CHASSIS               | CARROCERIA         | ANO DE FABRICAÇÃO | QTDE | VALOR DETERMINADO INDIVIDUAL DA INDENIZAÇÃO |
|------|-----------------------|--------------------|-------------------|------|---|
| 1    | MERCEDES BENZ O500MA  | MARCOPOLO Torino   | 2022              | 20   | R\$2.110.000,00                             |
| 2    | MERCEDES BENZ O500MDA | MARCOPOLO Torino   | 2022              | 100  | R\$2.418.000,00                             |
| 3    | VOLVO B340M           | MARCOPOLO Torino   | 2022              | 100  | R\$2.400.000,00                             |
| 5    | VOLKSWAGEN 22.280     | CAIO Apache Vip    | 2022              | 35   | R\$1.185.000,00                             |
| 4    | VOLKSWAGEN 17.260     | MASCARELL Gran Via | 2022              | 36   | R\$1.190.000,00                             |

2.1.2.3 As apólices de seguro para os veículos constantes da tabela acima devem abranger, obrigatoriamente, todas as coberturas conforme descrito no item 2.1.1.

## **2.2. PRESTAÇÃO DOS SERVIÇOS**

2.2.1 Os serviços contratados compreenderão todas as coberturas e serviços dispostos no Item 2.1 - "GARANTIAS BÁSICAS DO SEGURO" do presente TERMO DE REFERÊNCIA, sem qualquer custo adicional de mão de obra, impostos, custos de operação ou qualquer outro encargo.

2.2.2. Para a prestação do serviço, não serão aceitas empresas ou cooperativas de proteção veicular, sendo aceita somente Seguradoras com registro na SUSEP (Superintendência de Seguros Privados).

2.2.3. A CONTRATADA deverá emitir a apólice de seguro e entregá-la para a CONTRATANTE no prazo máximo de **15 (quinze) dias** contados da data da ordem de início da prestação do serviço.

2.2.4. Os veículos deverão estar com a cobertura ativa no **prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas** a partir da emissão da ordem de início, sem qualquer custo adicional de frete, transporte, mão de obra ou qualquer outro encargo.

2.2.5. O prazo para o início da prestação do serviço será contado a partir da data da ordem de início, independentemente da confirmação de seu recebimento.

2.2.6. As apólices terão seu início e término de vigência às 24 (vinte e quatro) horas das datas nelas indicadas.

2.2.7. Os veículos novos tipo ônibus estão dispensados da realização de vistoria pela CONTRATADA.

2.2.8. A CONTRATADA concorda em manter a mais completa confidencialidade quanto às informações e documentos de seu conhecimento, bem como a exclusividade na utilização dos dados, durante e após a execução dos serviços contratados, visando proteger a segurança dos usuários e do patrimônio público. Qualquer divulgação somente poderá ser levada a efeito mediante autorização escrita da CONTRATANTE.

2.2.9. Havendo a necessidade de inclusão ou substituição de veículo(s) durante o período da vigência da apólice, a CONTRATADA deverá fornecer, previamente, orçamento que contemple o valor do prêmio total referente a cada veículo a ser incluído, considerando, para isso, a proporcionalidade dos valores ofertados no certame que originou a contratação.

2.2.10. No caso de substituição do veículo segurado, será cobrado ou devolvido a diferença de prêmio, calculada proporcionalmente ao período a decorrer.

2.2.11. A CONTRATADA poderá oferecer outras garantias e vantagens adicionais como bônus na renovação e outras, desde que não onerem o prêmio estabelecido na proposta apresentada.

2.2.12. O valor do prêmio pela CONTRATANTE será proporcional ao tempo entre o início da prestação do serviço de seguro para cada veículo e a data final da vigência da apólice.

2.2.13. O valor do prêmio para cada veículo poderá ser parcelado em até 4 (quatro) prestações iguais e sem juros.

### **2.3. AVISO DE SINISTRO**

2.3.1. A CONTRATADA deverá colocar à disposição da CONTRATANTE, 24 (vinte e quatro) horas por dia durante 7 (sete) dias da semana, central de comunicação para aviso de sinistro;

2.3.2. A central poderá funcionar por e-mail, telefone ou serviço online, com acessibilidade em todo o território nacional.

2.3.3. A CONTRATANTE deverá sinalizar a ocorrência do sinistro assim que tiver ciência.

2.3.4. Após registro de sinistro, por um dos meios acima elencados, a CONTRATADA terá, no máximo, **5 (cinco) dias úteis**, a contar da data do registro, para realizar a vistoria no veículo e proceder à liberação do serviço a ser executado ou iniciar o processo de indenização.

2.3.5. Havendo a necessidade de reboque, a CONTRATADA deverá atender sem custos dentro do limite de 100 km por veículo segurado.

### **2.4. INDENIZAÇÕES E SINISTROS**

2.4.1. Uma vez que for paga a indenização integral, os salvados passam a ser de inteira responsabilidade da seguradora.

2.4.2. É de inteira responsabilidade da CONTRATADA providenciar a transferência dos referidos salvados e o devido encerramento de registro em nome da CONTRATADA junto aos órgãos competentes.

2.4.3. Caso não haja pronunciamento por parte da CONTRATADA, a CONTRATANTE poderá autorizar a realização de correção do dano, devendo a CONTRATADA arcar com o ônus da execução integralmente.

2.4.5. Em caso de sinistros em que o veículo aceite recuperação, a escolha da oficina para execução do serviço ficará totalmente a cargo da CONTRATANTE, não cabendo, pela CONTRATADA, quaisquer impedimentos para liberação da execução do serviço.

2.4.6. O prazo máximo para as indenizações integrais decorrentes de sinistro não poderá ser superior a **30 (trinta) dias** da entrega de toda documentação necessária pela CONTRATANTE para o recebimento da indenização referente ao sinistro.

2.4.7. No caso de perda parcial do veículo, o valor da indenização corresponderá ao valor dos reparos referentes aos prejuízos apurados, descontada a franquia estipulada na apólice para o veículo, exceto nos casos de incêndio, raio ou explosão, casos em que não haverá dedução de franquia.

2.4.8. O direito à indenização não ficará prejudicado, caso ocorra sinistro dentro do prazo de pagamento do prêmio, ainda que o pagamento propriamente dito não tenha sido efetuado pela CONTRATANTE à CONTRATADA.

## **2.5. FRANQUIA**

2.5.1. Em caso de sinistro de perda parcial, o valor referente à franquia deverá ser pago pela CONTRATANTE à CONTRATADA, emitente da apólice, que se responsabilizará pelo repasse à concessionária/oficina que promover o conserto do veículo.

2.5.2. Será aplicada franquia dedutível de cada reclamação indenizável, cujo valor está expresso na apólice e não haverá aplicação da franquia em caso de incêndio acidental, queda de raio, explosão e indenização integral do veículo.

2.5.3. Os valores das franquias não excederão os limites máximos de 25% (vinte e cinco) por cento do valor determinado a ser indenizado por cada veículo.

## **3. OBRIGAÇÕES**

### **3.1. DA CONTRATADA**

3.1.1. Comprovação de autorização expressa da Superintendência de Seguros Privados (Susep) para funcionamento ou a indicação de lei federal de criação da sociedade, hipótese em que é dispensada a autorização prévia exigida (cf. artigo 8º da Resolução nº 330/2015 do Conselho Nacional de Seguros Privados), em consonância com o disposto no artigo 30, inciso IV, da Lei Federal nº 8.666/1993.



3.1.2. Havendo sinistro que obrigue a realização de serviços por parte da CONTRATADA, estes deverão ser executados, obrigatoriamente em concessionária autorizada ou empresa credenciada, desde que tenha indicação, aprovação e autorização da CONTRATANTE, observando que a reposição de peças será procedida utilizando peças originais.

3.1.3. Providenciar a imediata correção das deficiências apontadas pela CONTRATANTE, quanto à execução dos serviços contratados.

3.1.4. Enviar de imediato à CONTRATANTE, em casos de sinistro, a relação de documentação legal necessária a ser providenciada por esta para a prestação dos serviços.

3.1.5. A CONTRATADA deverá emitir apólice de seguro, com especificações claras e detalhadas, que contenha os dados do seguro e dos veículos segurados, coberturas, valores contratados (importâncias seguradas), franquias, valor do prêmio, vigência do seguro, condições gerais e particulares que identifiquem o risco de acordo com as exigências estabelecidas neste TERMO DE REFERÊNCIA, assim como, prever o endosso de inclusão e exclusão ou de ampliação de valor segurado para cada veículo.

3.1.6. Apresentar a sua rede credenciada de oficinas para reparos dos veículos quando da emissão da apólice.

3.1.8. A CONTRATADA deverá, no sexto e no penúltimo mês de execução contratual, apresentar à CONTRATADA, por meio eletrônico, contendo um resumo minucioso das atividades desenvolvidas pela empresa, contendo histórico de todas as atividades realizadas durante a execução contratual, informando a taxa de sinistralidade do período.

### **3.2. DA CONTRATANTE**

3.2.1. Comunicar à CONTRATADA imediatamente a ocorrência de quaisquer sinistros, durante a vigência do contrato a ser firmado.

3.2.2. Fornecer à CONTRATADA todas as informações necessárias em relação aos veículos.

3.2.3. Apresentar o veículo para vistoria quando necessário.

3.2.4. Comunicar imediatamente à CONTRATADA a transferência do veículo segurado de sua posse ou propriedade.

3.2.5. Manter o veículo segurado em bom estado de conservação e segurança, assim como os equipamentos de segurança, porventura, embarcados.

### **4. INFORMAÇÕES ADICIONAIS**

4.1. Os ônibus são utilizados no transporte coletivo público de passageiros, mais precisamente no Sistema BRT na cidade do Rio de Janeiro, conforme descrito no APÊNDICE.



4.2. Os ônibus serão operados pela empresa municipal Mobi-Rio, podendo ceder a sua operação para uma futura concessionária do Sistema BRT na cidade do Rio de Janeiro.

4.3. Todos os motoristas dos veículos tipo ônibus segurados devem realizar treinamento relativo às Normas Regulamentadoras (NR) pertinentes à atuação profissional, seguindo as especificidades das legislações brasileiras e das normas de trabalho que regem a atividade. O programa de formação profissional deve ter no mínimo 88 (oitenta e oito) horas de treinamento.

4.4. Os veículos possuem os seguintes equipamentos e configurações:

- Sistema de ar condicionado.
- Sistema de direção hidráulico ou equivalente.
- Suspensão pneumática.
- Sistema de transmissão automático, no caso dos veículos articulados.
- Sistema retardador de velocidade acoplado, conjugado com o pedal do freio ou do acelerador, no caso dos veículos articulados.
- Faróis de rodagem diurna (DRL - daytime running light) ou o fecho baixo dos faróis, acionados automaticamente durante o tráfego em vias públicas.
- Bloqueador de portas automático e integrado que impeça o movimento do veículo enquanto as portas estiverem abertas, conforme NBR 15.570/2021.
- Sistema de câmeras de videomonitoramento.

**Entrega de Veículos na Frota**

| ITEM | ESPECIFICAÇÃO  | FÍSICO-FINANCEIRO | DETALHAMENTO DAS ENTREGAS MENSAIS |          |          |       |         |           |       |           |       |             |
|------|--|-------------------|-----------------------------------|----------|----------|-------|---------|-----------|-------|-----------|-------|-------------|
|      |  |                   | 2022                              |          |          |       | 2023    |           |       |           |       | TOTAL GERAL |
|      |  |                   | Outubro                           | Novembro | Dezembro | TOTAL | Janeiro | Fevereiro | Março | Abr.-Set. | TOTAL |             |
| 1    | Chassis<br>MERCEDES BENZ<br>O-500MA<br>Carroceria<br>MARCOPOLO - Torino  | QTD. TOTAL        | 0                                 | 0        | 20       | 20    | 0       | 0         | 0     | 0         | 20    | 20          |
|      |  | QTD. TOTAL ACUM.  | 0                                 | 0        | 20       |       | 20      | 20        | 20    | 20        |       |             |
| 2    | Chassis<br>MERCEDES BENZ<br>O-500MDA<br>Carroceria<br>MARCOPOLO - Torino | QTD. TOTAL        | 0                                 | 0        | 0        | 0     | 45      | 45        | 10    | 0         | 100   | 100         |
|      |  | QTD. TOTAL ACUM.  | 0                                 | 0        | 0        |       | 45      | 90        | 100   | 100       |       |             |
| 3    | Chassis<br>VOLVO B340R<br>Carroceria<br>MARCOPOLO - Torino               | QTD. TOTAL        | 5                                 | 48       | 31       | 84    | 16      | 0         | 0     | 0         | 100   | 100         |
|      |  | QTD. TOTAL ACUM.  | 5                                 | 53       | 84       |       | 100     | 100       | 100   | 100       |       |             |
| 4    | Chassis<br>VOLKSWAGEN 17.230 OD<br>Carroceria<br>CAIO - Apache Vip       | QTD. TOTAL        | 18                                | 17       | 0        | 35    | 0       | 0         | 0     | 0         | 35    | 35          |
|      |  | QTD. TOTAL ACUM.  | 18                                | 35       | 35       |       | 35      | 35        | 35    | 35        |       |             |
| 5    | Chassis<br>VOLKSWAGEN 17.230 OD<br>Carroceria<br>MASCARELLO - Gran Via   | QTD. TOTAL        | 0                                 | 0        | 36       | 36    | 0       | 0         | 0     | 0         | 36    | 36          |
|      |  | QTD. TOTAL ACUM.  | 0                                 | 0        | 36       |       | 36      | 36        | 36    | 36        |       |             |
| -    | TOTAL  | QTD. TOTAL        | 23                                | 65       | 87       | 175   | 61      | 45        | 10    | 0         | 291   | 291         |
|      |  | QTD. TOTAL ACUM.  | 23                                | 88       | 175      |       | 236     | 281       | 291   | 291       |       |             |

## APÊNDICE - DESCRIÇÃO DO SISTEMA BRT

O SISTEMA BRT do município do Rio de Janeiro é atualmente estruturado em três corredores de tráfego exclusivo para ônibus, denominados TransCarioca, TransOeste e TransOlímpica. Este sistema se estende por 125 km, 124 estações (operantes e inoperantes) e 09 terminais, atendendo bairros das Zonas Oeste e Norte da cidade. O corredor TransBrasil em fase de conclusão de obras, será o quarto a operar de forma plena a partir de 2023, quando o sistema passará a fazer a ligação da Zona Oeste até o Centro da cidade.

**TransOeste:** Teve o primeiro trecho inaugurado em 2012, ligando os bairros da Barra da Tijuca e Santa Cruz, na Zona Oeste do município. Em seguida foi executada a ampliação do corredor para Campo Grande e Paciência e, em agosto de 2016, foi implementado o chamado Lote Zero, estendendo o corredor do terminal Alvorada até a conexão com a Linha 4 do metrô, no terminal Jardim Oceânico. O corredor TransOeste conta atualmente com cerca de 61 quilômetros, 62 estações (45 operantes e 17 inoperantes, em 15/10/2021) e quatro terminais (Campo Grande, Santa Cruz, Alvorada e Jardim Oceânico).

**TransCarioca:** Inaugurado em 2014, por ocasião da Copa do Mundo do Brasil, este corredor faz a conexão entre o terminal Alvorada e o Aeroporto Tom Jobim. Integra com os ramais de trem operados pela Supervia, nas estações Madureira/Manacéia e Olaria e, com a Linha 2 do metrô, na estação Vicente de Carvalho. Percorre 42 quilômetros, possui 45 estações (40 operantes e 5 inoperantes, em 15/10/2021), e dois terminais (Paulo da Portela e Fundão) interligando 27 bairros das zonas Norte e Oeste da Cidade.

**TransOlímpica:** Inaugurado em agosto de 2016, este corredor possui 18 estações (18 estações operantes em Nov/2021), e três terminais (Jardim Sulacap, Centro Olímpico e Recreio), em 22 quilômetros de calha exclusiva ligando o bairro de Sulacap ao Recreio. A manutenção da via é feita pela concessionária ViaRio que também administra o pedágio e oferece os serviços de socorro médico e reboque.

**TransBrasil:** Corredor com previsão de início de operação no início de 2023 contando com 18 estações e quatro terminais (Deodoro, Margaridas, Missões e Gentileza), em 25 km de calha exclusiva. Será o primeiro SISTEMA BRT radial da cidade permitindo otimizar os deslocamentos com origem na Zona Oeste, Norte e municípios da região metropolitana do Rio de Janeiro que passam pela Avenida Brasil.

Em 2019, último ano completo antes da pandemia do novo coronavírus, a média de passageiros por mês do sistema existente foi de aproximadamente 12 milhões. Com a implantação do corredor TransBrasil, estima-se um aumento potencial de até 6 milhões na média mensal de passageiros transportados até 2030.

Do ponto de vista operacional, o BRT está atualmente integrado fisicamente ao sistema de trens, metrô, ônibus convencionais e ainda ao Aeroporto Internacional Tom Jobim (Galeão). Com a conclusão do TransBrasil, o BRT aumentará seu papel de estruturador do sistema de transporte público municipal de forma integrada também à Rodoviária Novo Rio, ao VLT, e por consequência, à Central do Brasil, ao Aeroporto Santos Dumont e ao sistema de Barcas.

A tabela a seguir apresenta os dados estimados da oferta do serviço projetado para a Rede do SISTEMA BRT para dias úteis considerando a operação comercial de todos os serviços. Esses dados poderão ser revisados no momento de definição das ordens de serviços e sofrer alterações ao longo da operação

| <b>Frota Total</b><br>[qtd. veículos] | <b>Quilometragem<br/>Comercial por Veículo</b><br>[km/veículo/dia] | <b>PMM Comercial</b><br>[km/veículo/mês] |
|---------------------------------------|--|--|
| <b>291</b>                            | <b>241</b>   | <b>6.042</b>                             |

## **ANEXO II - ESTIMATIVA ORÇAMENTÁRIA**

Estimativa prevista de **R\$14.850.346,31 (catorze milhões, oitocentos e cinquenta mil, trezentos e quarenta e seis reais e trinta e um centavos)**, considerando que trata-se de uma apólice de frota. Nem todos os veículos terão a vigência do seguro de 12 (doze) meses. Conforme a SMTR for recebendo os veículos, eles vão sendo incorporados na apólice que terá a mesma data final para todos os veículos. Para os veículos incorporados após o início de vigência da apólice, serão adotados valores proporcionais de prêmio aos 12 meses de apólice conforme a respectiva duração em meses. O pagamento do seguro é realizado no mês subsequente à data de incorporação do veículo na apólice.

| VALORES INDIVIDUAIS DE REFERÊNCIA PARA SEGURO DE 12 MESES |  |      |                            |                                 |
|---|--|------|----------------------------|---------------------------------|
| ITEM  | ESPECIFICAÇÃO  | QTDE | VALOR DETERMINADO UNITÁRIO | VALOR DO PRÊMIO UNITÁRIO MÁXIMO |
| 1   | Seguro anual para veículo novo tipo ônibus<br>Chassis MERCEDES BENZ O-500MA<br>Carroceria MARCOPOLO - Torino   | 20   | R\$ 2.110.000,00           | R\$ 64.297,33                   |
| 2   | Seguro anual para veículo novo tipo ônibus<br>Chassis MERCEDES BENZ O-500MDA<br>Carroceria MARCOPOLO - Torino  | 100  | R\$ 2.418.000,00           | R\$ 73.682,91                   |
| 3   | Seguro anual para veículo novo tipo ônibus<br>Chassis VOLVO B340R<br>Carroceria MARCOPOLO - Torino             | 100  | R\$ 2.400.000,00           | R\$ 73.134,40                   |
| 4   | Seguro anual para veículo novo tipo ônibus<br>Chassis VOLKSWAGEN 17.230 OD<br>Carroceria CAIO - Apache Vip     | 35   | R\$ 1.185.000,00           | R\$ 36.110,11                   |
| 5   | Seguro anual para veículo novo tipo ônibus<br>Chassis VOLKSWAGEN 17.230 OD<br>Carroceria MASCARELLO - Gran Via | 36   | R\$ 1.190.000,00           | R\$ 36.262,47                   |

| ITEM   | ESPECIFICAÇÃO  | ENTREGAS MENSAIS E VALOR DO PRÊMIO ANUAL DA FROTA PROPORCIONALIZADO |            |              |              |              |              |              |              |            |            |           |          |              | TOTAL<br>2022 | TOTAL<br>2023 | TOTAL GERAL |
|--|--|---|------------|--------------|--------------|--------------|--------------|--------------|--------------|------------|------------|-----------|----------|--------------|---------------|---------------|-------------|
|  |  | 2022  |            |              | 2023         |              |              |              |              |            |            |           |          |              |               |               |             |
|  |  | 1   | 2          | 3            | 4            | 5            | 6            | 7            | 8            | 9          | 10         | 11        | 12       |              |               |               |             |
|  |  | out.-22   | nov.-22    | dez.-22      | jan.-23      | fev.-23      | mar.-23      | abr.-23      | mai.-23      | jun.-23    | jul.-23    | ago.-23   | set-23   |              |               |               |             |
| QTD ENTREGUE                                   | Chassis MERCEDES BENZ O-500MA<br>Carroceria MARCOPOLO - Torino   | 0   | 0          | 20           | 0            | 0            | 0            | 0            | 0            | 0          | 0          | 0         | 0        | 20           | 0             | 20            |             |
|  | Chassis MERCEDES BENZ O-500MDA<br>Carroceria MARCOPOLO - Torino  | 0   | 0          | 0            | 45           | 45           | 10           | 0            | 0            | 0          | 0          | 0         | 0        | 0            | 100           | 100           |             |
|  | Chassis VOLVO B340R<br>Carroceria MARCOPOLO - Torino             | 5   | 48         | 31           | 16           | 0            | 0            | 0            | 0            | 0          | 0          | 0         | 0        | 84           | 16            | 100           |             |
|  | Chassis VOLKSWAGEN 17.230 OD<br>Carroceria CAIO - Apache Vip     | 18  | 17         | 0            | 0            | 0            | 0            | 0            | 0            | 0          | 0          | 0         | 0        | 35           | 0             | 35            |             |
|  | Chassis VOLKSWAGEN 17.230 OD<br>Carroceria MASCARELLO - Gran Via | 0   | 0          | 36           | 0            | 0            | 0            | 0            | 0            | 0          | 0          | 0         | 0        | 36           | 0             | 36            |             |
|  | TOTAL GERAL  | 22  | 65         | 87           | 61           | 45           | 10           | 0            | 0            | 0          | 0          | 0         | 0        | 175          | 116           | 291           |             |
| VALOR TOTAL DO<br>SEGURO                       | MB O-500MA / MARCOPOLO Torino                                    | 0,00  | 0,00       | 0,00         | 267.905,54   | 267.905,54   | 267.905,54   | 267.905,54   | 0,00         | 0,00       | 0,00       | 0,00      | 0,00     | 0,00         | 1.071.622,17  | 1.071.622,17  |             |
|  | MB O-500MDA / MARCOPOLO Torino                                   | 0,00  | 0,00       | 0,00         | 0,00         | 621.699,55   | 1.174.321,38 | 1.281.775,62 | 1.281.775,62 | 660.076,07 | 107.454,24 | 0,00      | 0,00     | 0,00         | 5.127.102,49  | 5.127.102,49  |             |
|  | VOLVO B340R / MARCOPOLO Torino                                   | 0,00  | 91.418,00  | 895.896,40   | 1.368.222,73 | 1.587.625,93 | 1.496.207,93 | 691.729,53   | 219.403,20   | 0,00       | 0,00       | 0,00      | 0,00     | 987.314,40   | 5.363.189,33  | 6.350.503,73  |             |
|  | 17.230 OD / CAIO Apache Vip                                      | 0,00  | 163.181,12 | 304.453,65   | 304.453,65   | 304.453,65   | 141.272,54   | 0,00         | 0,00         | 0,00       | 0,00       | 0,00      | 0,00     | 467.634,77   | 750.179,85    | 1.217.814,62  |             |
|  | 17.230 OD / MASCARELLO Gran Via                                  | 0,00  | 0,00       | 0,00         | 270.825,83   | 270.825,83   | 270.825,83   | 270.825,83   | 0,00         | 0,00       | 0,00       | 0,00      | 0,00     | 0,00         | 1.083.303,30  | 1.083.303,30  |             |
|  | TOTAL GERAL  | 0,00  | 254.599,12 | 1.200.350,05 | 2.211.407,75 | 3.052.510,51 | 3.350.533,22 | 2.512.236,52 | 1.501.178,82 | 660.076,07 | 107.454,24 | 0,00      | 0,00     | 1.454.949,17 | 13.395.397,14 | 14.850.346,31 |             |
| VALOR<br>PROPORCIONAL<br>DO PRÊMIO<br>UNITÁRIO | MB O-500MA / MARCOPOLO Torino                                    | 64.297,33   | 58.939,22  | 53.581,11    | 48.223,00    | 42.864,89    | 37.506,78    | 32.148,67    | 26.790,55    | 21.432,44  | 16.074,33  | 10.716,22 | 5.358,11 | -            | -             | -             |             |
|  | MB O-500MDA / MARCOPOLO Torino                                   | 73.682,91   | 67.542,67  | 61.402,43    | 55.262,18    | 49.121,94    | 42.981,70    | 36.841,46    | 30.701,21    | 24.560,97  | 18.420,73  | 12.280,49 | 6.140,24 | -            | -             | -             |             |
|  | VOLVO B340R / MARCOPOLO Torino                                   | 73.134,40   | 67.039,87  | 60.945,33    | 54.850,80    | 48.756,27    | 42.661,73    | 36.567,20    | 30.472,67    | 24.378,13  | 18.283,60  | 12.189,07 | 6.094,53 | -            | -             | -             |             |
|  | VW 17.230 OD / CAIO Apache Vip                                   | 36.262,47   | 33.240,60  | 30.218,73    | 27.196,85    | 24.174,98    | 21.153,11    | 18.131,24    | 15.109,36    | 12.087,49  | 9.065,62   | 6.043,75  | 3.021,87 | -            | -             | -             |             |
|  | VW 17.230 OD / MC Gran Via                                       | 36.110,11   | 33.100,93  | 30.091,76    | 27.082,58    | 24.073,41    | 21.064,23    | 18.055,06    | 15.045,88    | 12.036,70  | 9.027,53   | 6.018,35  | 3.009,18 | -            | -             | -             |             |

### ANEXO III - CARTA DE CREDENCIAMENTO

(em papel timbrado da empresa)

Ao \_\_\_\_\_ *[órgão ou entidade licitante]*

Rua \_\_\_\_\_ - Rio de Janeiro

Prezados Senhores,

Pela presente, fica credenciado(a) o(a) Sr(a). \_\_\_\_\_,  
portador(a) da Carteira de Identidade nº \_\_\_\_\_, expedida pelo \_\_\_\_\_,  
para representar a empresa \_\_\_\_\_, inscrita no  
Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas - CNPJ sob o nº \_\_\_\_\_,  
na Licitação processada na modalidade \_\_\_\_\_, nº \_\_\_\_/\_\_\_\_a ser realizada  
em \_\_\_\_/\_\_\_\_, podendo para tanto praticar todos os atos necessários, inclusive prestar  
esclarecimentos, receber notificações, interpor recursos e manifestar-se sobre a  
sua renúncia e eventual desistência.

Atenciosamente,

Rio de Janeiro, \_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de \_\_\_\_.

---

REPRESENTANTE LEGAL DA EMPRESA  
(Nome, cargo e carimbo da empresa)

**ANEXO IV - DECLARAÇÃO ME/EPP**

(em papel timbrado da empresa)

\_\_\_\_\_  
[denominação/razão social da sociedade empresarial], inscrita no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas - CNPJ sob o nº \_\_\_\_\_, por intermédio de seu(sua) representante legal o(a) Sr(a). \_\_\_\_\_, portador(a) da carteira de identidade nº \_\_\_\_\_ e inscrito(a) no Cadastro de Pessoas Físicas - CPF sob o nº \_\_\_\_\_, DECLARA, para fins do disposto no item do EDITAL de \_\_\_\_\_ nº \_\_\_\_/\_\_\_\_ e sob as penas da lei, atender os requisitos para enquadramento como microempresa/empresa de pequeno porte e não incorrer em qualquer dos impedimentos para se beneficiar do tratamento jurídico diferenciado correspondente conferido pela legislação em vigor, nos termos do artigo 3º, da Lei Complementar Federal nº 123/06.

RESSALVA: ( ) Há regularidade fiscal

( ) Não há regularidade fiscal

Rio de Janeiro, \_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de \_\_\_\_.

\_\_\_\_\_  
REPRESENTANTE LEGAL DA EMPRESA  
(Nome, cargo e carimbo da empresa)

*A presente Declaração deverá ser acompanhada de certidão expedida pela Junta Comercial da sede ou do domicílio da microempresa ou empresa de pequeno porte licitante para comprovação do respectivo enquadramento como tal, apresentada no original ou em cópia autenticada, conforme Instrução Normativa nº 103/2007 do DNRC, publicada no DOU de 22/05/2007.*



**ANEXO V - DECLARAÇÃO REF. AO DECRETO MUNICIPAL Nº 23.445/03**

(em papel timbrado da empresa)

\_\_\_\_\_ [órgão ou entidade licitante]

Ref. Licitação nº \_\_\_\_/\_\_\_\_

\_\_\_\_\_ [denominação/razão social da sociedade empresarial], inscrita no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas - CNPJ sob o nº \_\_\_\_\_, por intermédio do seu(sua) representante legal o(a) Sr.(a) \_\_\_\_\_, portador(a) da carteira de identidade nº \_\_\_\_\_ e inscrito(a) no Cadastro de Pessoas Físicas - CPF sob o nº \_\_\_\_\_, DECLARA, para fins do disposto no inciso V, do art. 27, da Lei Federal nº 8.666/93, que não emprega menor de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de dezesseis anos.

RESSALVA: ( ) Emprega menor, a partir de quatorze anos, na condição de aprendiz

Rio de Janeiro, \_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de \_\_\_\_.

\_\_\_\_\_  
REPRESENTANTE LEGAL DA EMPRESA  
(Nome, cargo e carimbo da empresa)

**ANEXO VI - DECLARAÇÃO REF. AO ARTIGO 9º, III, DA LEI Nº 8.666/93 E  
ARTIGO 2º,  
PARÁGRAFO ÚNICO, DO DECRETO MUNICIPAL Nº 19.381/01**  
(em papel timbrado da empresa)

*[denominação/razão social da sociedade empresarial]*

Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas - CNPJ nº \_\_\_\_.

*[endereço da sociedade empresarial]*

DECLARAMOS, sob as penalidades cabíveis, que não possuímos dirigentes, gerentes, sócios ou componentes do quadro técnico que sejam servidores da Administração Direta ou Indireta do Município, ou que o tenham sido nos últimos 180 (cento e oitenta) dias anteriores à data desta licitação, nos termos do inciso III do artigo 9º da Lei Federal nº 8.666/93, e que não participam dos nossos quadros funcionais profissional que tenha ocupado cargo integrante dos 1º e 2º escalões da Administração Direta ou Indireta do Município, nos últimos 12 (doze) meses, nos termos do parágrafo único do artigo 2º do Decreto Municipal nº 19.381/01.

Rio de Janeiro, \_\_\_\_ de \_\_\_\_ de \_\_\_\_.

---

REPRESENTANTE LEGAL DA EMPRESA  
(Nome, cargo e carimbo da empresa)

## ANEXO VII - MODELO DE PROPOSTA

(em papel timbrado da empresa)

| <b>SECRETARIA MUNICIPAL DE TRANSPORTES</b>                     |   | Concorrência<br>SMTR PP nº<br>1076/2022 | CNPJ                     |
|--|---|---|--------------------------|
| Razão Social:  |   | E-mail:                                 |                          |
| Endereço:  |   | Tel.:                                   | Fax:                     |
| Banco:   | Agência:  | Conta Corrente:                         |                          |
| <b>VALOR GLOBAL DA PROPOSTA ECONÔMICA PARA OS 291 VEÍCULOS</b> |   |   |                          |
| <b>VALORES DE REFERÊNCIA DO PRÊMIO POR VEÍCULO</b>             |   |   |                          |
| Item   | Especificação   | Valor<br>Determinado unitário           | Valor do prêmio unitário |
| 1  | Seguro anual para veículo novo tipo<br>ônibus Chassis MERCEDES BENZ<br>O-500MA<br>Carroceria MARCOPOLO - Torino   | R\$ 2.110.000,00                        |                          |
| 2  | Seguro anual para veículo novo tipo<br>ônibus Chassis MERCEDES BENZ<br>O-500MDA<br>Carroceria MARCOPOLO - Torino  | R\$ 2.418.000,00                        |                          |
| 3  | Seguro anual para veículo novo tipo<br>ônibus Chassis VOLVO B340R Carroceria<br>MARCOPOLO - Torino                | R\$ 2.400.000,00                        |                          |
| 4  | Seguro anual para veículo novo tipo<br>ônibus Chassis VOLKSWAGEN 17.230<br>OD<br>Carroceria CAIO - Apache Vip     | R\$ 1.185.000,00                        |                          |
| 5  | Seguro anual para veículo novo tipo<br>ônibus Chassis VOLKSWAGEN 17.230<br>OD<br>Carroceria MASCARELLO - Gran Via | R\$ 1.190.000,00                        |                          |

## **ANEXO VIII - DECLARAÇÃO DE INEXISTÊNCIA DE FATO SUPERVENIENTE**

(em papel timbrado da empresa)

*[denominação/razão social da sociedade empresarial]*

Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas - CNPJ nº \_\_\_\_\_.

*[endereço da sociedade empresarial]*

DECLARAMOS, sob as penalidades cabíveis, que não existe fato superveniente ao cadastramento que possa impedir nossa habilitação, nos termos do parágrafo 2º, do art. 32 da Lei Federal nº 8.666/93.

Rio de Janeiro, \_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de \_\_\_\_.

---

REPRESENTANTE LEGAL DA EMPRESA  
(Nome, cargo e carimbo da empresa)

**ANEXO IX - DECLARAÇÃO REF. AO DECRETO MUNICIPAL Nº 27.715/07**  
(em papel timbrado da empresa)

*[denominação/razão social da sociedade empresarial]*

Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas - CNPJ nº \_\_\_\_.

*[endereço da sociedade empresarial]*

Em conformidade com o disposto no Decreto Municipal nº 27.715/07, DECLARAMOS, sob as penalidades cabíveis, que, para a execução do contrato objeto desta licitação, somente serão utilizados produtos e subprodutos de madeira que tenham procedência legal.

Rio de Janeiro, \_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de \_\_\_\_.

---

REPRESENTANTE LEGAL DA EMPRESA  
(Nome, cargo e carimbo da empresa)

## **ANEXO X - DECLARAÇÃO DE REGULARIDADE TRABALHISTA**

(em papel timbrado da empresa)

DECLARO, sob a penas da lei e para os devidos fins de comprovação junto ao(à) \_\_\_\_\_ *[órgão ou entidade licitante]*, que o pagamento dos salários e dos respectivos encargos sociais, trabalhistas, previdenciários e securitários (competência\_mês/\_ano\_) referentes aos empregados vinculados à execução do objeto contratado por meio do Pregão Presencial - PP nº 1076/2022 encontram-se regularmente quitados.

Conforme previsto no item\_do EDITAL de Pregão Presencial - PP nº 1076/2022, encaminho em anexo o comprovante de pagamento das guias de FGTS e INSS relativas ao mês de\_mês/\_ano\_.

Rio de Janeiro, \_\_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de \_\_\_\_\_.

---

REPRESENTANTE LEGAL DA EMPRESA  
(Nome, cargo e carimbo da empresa)

## **ANEXO XI - DECLARAÇÃO DE ATENDIMENTO AOS REQUISITOS DE HABILITAÇÃO**

(em papel timbrado da empresa)

\_\_\_\_\_ *[órgão ou entidade licitante]*

Ref. Licitação nº \_\_\_\_/\_\_\_\_

Declaro para os devidos fins que a empresa \_\_\_\_\_,  
inscrita no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas - CNPJ sob o nº  
\_\_\_\_\_, cumpre plenamente os requisitos de habilitação, nos  
termos do art. 4º, inciso VII, da Lei Federal nº 10.520/02, o que poderá ser  
comprovado, caso a empresa seja a detentora da melhor proposta neste  
Pregão.

Rio de Janeiro, \_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de \_\_\_\_.

\_\_\_\_\_  
REPRESENTANTE LEGAL DA EMPRESA  
(Nome, cargo e carimbo da empresa)